

SEMINÁRIO

Ensino e Qualificação das Pessoas:
Preparar os Jovens para a Vida Activa

28 de Novembro de 2006

Abertura

Francisco van Zeller*

Muito boa tarde meus senhores. Devo dizer que tenho um prazer muito especial em estar aqui. Eu interesso-me muito por este tema da preparação dos jovens para a vida activa e da profissionalização. Passei uma vida inteira a sofrer, na minha vida profissional, por ter de contratar jovens sem nenhuma preparação ou com uma preparação desadequada que não servia para nada.

O papel deste evento é misto, mas tem uma função muito importante que é a divulgação e o debate. É bom que as pessoas, a sociedade, se vão informando, sobre o que é que existe disponível, quais são os meios para preparar melhor os jovens para a vida activa, sobre as vantagens e os inconvenientes e, sobretudo, é nossa obrigação divulgar o que existe e melhorar o sistema naquilo que estiver ao nosso alcance, mas que o debate seja contínuo e que nós continuemos a promovê-lo.

Nós estamos muito atrasados na formação vocacional dos jovens. A média deveria rondar os 50% em termos de formação no secundário e estamos muito longe disso, penso que estamos nos 20%. E ninguém está excluído da responsabilidade de melhorar esta situação.

A solução não passa, exclusivamente, por tirar cursos universitários. As pessoas podem escolher, podem ser bem sucedidas quando fazem aquilo de que gostam, sabem e para que têm jeito.

* Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa

1. O Ensino e as realidades actuais das empresas e da economia mundial

Está amplamente reconhecido o défice de qualificações escolares e profissionais da população portuguesa, associado a fenómenos como o abandono precoce e o insucesso escolar, a fraca atractividade e a desadequação dos programas às necessidades do mercado, as reduzidas taxas de participação na formação permanente por parte da população activa, etc.

As políticas educativas em Portugal têm, desde há algumas dezenas de anos, assente muito mais em tentativas de implementação de concepções teóricas, pessoais e não compatíveis entre si – variando em termos fracturantes com a sucessão dos Ministros da Educação – do que em concepções estratégicas, concretas e integradas, que se baseiem fundamentalmente no conhecimento prático e sempre actualizado dos factores mais realistas da vida e das necessidades da economia.

Tem faltado uma visão prática e sensata do ensino.

Este tem de ser ágil, realista, tendencialmente atractivo e, na medida do possível, usar processos inovadores.

Não é contestável o papel que pertence, como objectivos fundamentais do Ensino, à formação de cidadãos, a potenciar em cada indivíduo a capacidade para o trabalho e para a reflexão, a desenvolver o espírito e prática democráticos, a contribuir para a correcção das assimetrias regionais, a situar o indivíduo conscientemente nas exigências e oportunidades da globalização.

Mas tem de se conceber basicamente o Ensino como veículo privilegiado e indispensável para a integração dos jovens no mercado de trabalho, e para melhorar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa.

A falta de assimilação destas exigências constitui uma das maiores, senão a maior, das deficiências das políticas educativas levadas a cabo até ao momento.

O Ensino tem de se voltar, simultaneamente, para o quotidiano e para o global.

E isto significa conferir um papel de destaque ao acompanhamento e à orientação profissional dos alunos, desde a sua entrada no ensino secundário, suscitando-lhes a atenção para as oportunidades criadas pelo mercado de trabalho e pelas suas próprias aptidões e competências.

Significa, igualmente, que é necessário afastar algum estigma, ou desfavor, que ainda persiste em relação ao ensino de carácter mais técnico ou profissional.

O mercado de trabalho, e o mercado de emprego, precisam de dois tipos de formação – um de carácter mais técnico, mais prático, e com forte componente de “saber fazer”, outro de banda mais larga (mais pluridisciplinar) e simultaneamente mais aprofundado ou mais reflexivo, e também mais voltado para a investigação.

Devem ser dois tipos de ensino com igualdade de tratamento, porque não diferem em nível ou importância (designadamente social) mas sim na natureza.

Em Portugal, a cultura universitária é dominante, e o estatuto de universitário é favorecido pela opinião pública, e pelo desejo, consciente ou inconsciente, de promoção social.

Torna-se necessário, portanto, valorizar, naquilo que tem de específico, o ensino técnico, designadamente o adquirido nos estabelecimentos politécnicos.

E isto leva-nos a outra importante matéria.

2. A permeabilidade dos diferentes tipos de ensino, e do exercício da profissão, na Aprendizagem ao Longo da Vida

Entende-se que esta permeabilidade tem de existir, pois não é aceitável defender que as escolhas dos formandos tenham de ser imutáveis e limitantes ao longo de toda a sua vida.

A permeabilidade deve, assim, estar presente ao longo dos diversos percursos formativos (vocacionais, do ensino secundário, universitários, politécnicos), possibilitando as transferências entre estes percursos, bem como, naturalmente, para os jovens que tenham decidido empregar-se mais cedo, voltar ao ensino para aprofundar ou completar conhecimentos.

Para o efeito, é absolutamente necessário conferir carácter modular aos cursos e à formação, através, designadamente, da acumulação de créditos.

É claro que isto também implica uma profunda alteração dos conteúdos programáticos dos cursos, dentro de uma concepção atenta simultaneamente às exigências específicas nacionais e às exigências da globalização, e que contenha uma dinâmica de permanente actualização.

Constata-se, ainda, que ao nível nacional é necessário promover a orientação e motivação dos jovens, através da elaboração de uma verdadeira estratégia de informação e comunicação dirigida a este público-alvo.

3. A importância dos estágios profissionais

As iniciativas relativas a estágios de formação ou de aprofundamento vocacional, ou a experiências de formação prática em contexto de trabalho de jovens nas empresas, são claramente positivas, e devem ser promovidas através de meios adequados.

É desejável, por outro lado, mentalizar os jovens, que já estejam a exercer actividades profissionais, para as vantagens de reatar a frequência do ensino, quando as características pessoais sejam de molde a abrir perspectivas neste sentido.

Aqui, os empregadores e os colegas no local de trabalho podem ter um papel muito importante a desempenhar.

4. A problemática da avaliação

O ensino tem de ser pautado por altos níveis de qualidade.

Mas sem um sistema de avaliação objectivo, permanente, e exercido dentro dos indispensáveis parâmetros de competência e rigor, o sistema educativo português não atingirá os níveis que tão urgentemente precisa de alcançar, para se integrar plenamente nos padrões europeus e para ser competitivo.

Dada a importância da matéria, julga-se indispensável que o Estado assuma alguns compromissos claros e inequívocos, que possam ser considerados suficientes e tranquilizadores pelos formandos, pelos pais destes, pelos estabelecimentos que praticam consistentemente padrões de ensino elevados, pelas empresas portuguesas, e pelos contribuintes em geral.

Muito bem. Agora temos quem sabe. O Professor Doutor Joaquim Azevedo, que eu creio que a maior parte das pessoas já conhece. É o coordenador deste Debate Nacional. É basicamente o líder deste processo que nós estamos hoje aqui a concluir. Como sabem, é licenciado em História, doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, é presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica e director do Instituto de Educação. Já foi Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário entre 1992 e 1993, foi professor do ensino básico, secundário, superior e superior pós-graduado. Foi director-geral do Ministério da Educação, é investigador da Universidade

Católica Portuguesa e presidente do Conselho de Administração na Fundação Manuel Leão. Tudo isto faz com que a sua intervenção seja muito importante e vamos ouvi-lo com muito interesse.

Joaquim Azevedo*

Muito obrigado, senhor Dr. Francisco van Zeller, muito boa tarde senhor presidente da CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal). Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar gostava de dizer que é com a maior satisfação que os recebemos como presidentes destas duas confederações, a da Indústria e a de Comércio e Serviços do nosso país, no Conselho Nacional de Educação, e os saudamos pelo facto de trazerem até nós um conjunto de interlocutores para reflectir sobre esta matéria.

O Debate Nacional sobre Educação, que é uma iniciativa organizada pelo Conselho Nacional de Educação, formulada a partir de um mandato da Assembleia da República e do Governo na comemoração dos vinte anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, é um Debate que está a ferver ao longo do país, está a ocorrer em muitos locais, com muitas iniciativas, promovido por muitas organizações.

E, para nós, era muito importante – como eu tinha também assinalado desde o princípio – que as confederações empresariais se associassem a esta iniciativa. E, por isso, é com muito regozijo que hoje estamos aqui juntos a reflectir sobre esta matéria. É de realçar o papel importante desempenhado pelos representantes da CIP e da CCP no Conselho Nacional de Educação, a quem agradeço particularmente o esforço que fizeram para organizarem uma iniciativa destas, e a realizarem em conjunto.

* Coordenador do Debate Nacional sobre Educação

Pediram-me para, neste contexto, introduzir alguma reflexão sobre esta problemática da preparação dos jovens para o trabalho, para a actividade profissional, tendo em conta as necessidades das empresas e as exigências da economia global. Vou-me socorrer de um PowerPoint, que preparei para dinamizar a conversa, com alguns números, algumas provocações para que nós possamos pensar esta matéria.

Eu intitulei esta apresentação – começa aqui a provocação – como *A Qualificação Profissional dos Jovens a caminho de 2079*. Já vamos ver o que é o 2079, não é nenhum *best seller* de algum autor, é uma realidade bem mais complexa, mas é apenas um jogo que visa alertar-nos para algumas das nossas dificuldades.

Início a intervenção com um diagnóstico da situação, depois realizo alguma análise comparativa das disparidades que existem ainda em Portugal e finalmente faço algumas reflexões e promovo alguns cenários.

Em primeiro lugar, o que nós consideramos, e todos conhecemos, como o atraso educativo de Portugal em relação aos restantes países da OCDE. Temos de dar tempo ao tempo para recuperar o atraso colossal em que o nosso país se encontra. A recuperação é muito lenta.

E é fácil vê-lo neste quadro.

Tabela 1

	Todos	25-34	35-44	45-54	55-64
República Checa	96	94	93	87	82
Estados Unidos	96	87	88	80	80
Eslováquia	95	94	91	84	64
Alemanha	94	85	86	84	79
Suecia	93	91	89	81	71
Dinamarca	91	86	82	75	77
Austria	90	87	84	70	69
Finlândia	90	89	86	76	59
Hungria	76	84	82	76	57
Grecia	75	57	68	57	34
Holanda	71	80	74	68	59
França	67	80	70	59	49
Reino Unido	66	70	65	64	59
Bélgica	64	80	70	58	45
Irlanda	63	79	69	54	39
Luxemburgo	62	74	64	58	51
Grecia	56	73	64	50	31
Polónia	56	60	49	46	42
Itália	40	64	52	44	38
Espanha	40	61	50	36	21
Portugal	25	40	26	18	12
Média da OCDE	67	77	71	64	53
Média da UE19	67	70	71	63	52

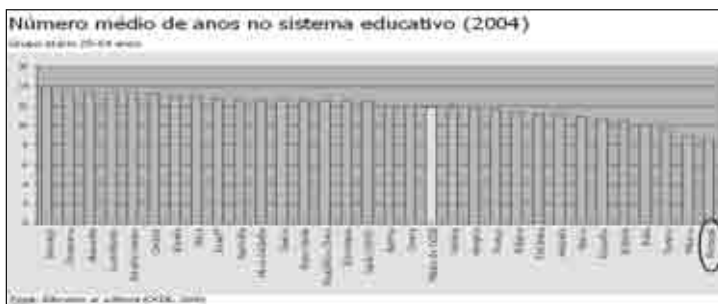
Fonte: Eurostat e o autor (OCDE, 2004)

Neste quadro (Tabela 1) temos a população que atingiu pelo menos o ensino secundário, o 12.º ano.

Vejamos o ponto de partida de Portugal. Há países, como a República Checa, onde 82% do grupo etário mais idoso tem o 12.º ano, enquanto que 12% do nosso grupo etário mais idoso está neste ponto de partida. Temos países como a Espanha, a Itália, a Grécia que andam mais perto de nós, mas têm recuperado muito mais rapidamente. Neste momento, em Portugal, já atingimos 40% da população com o 12.º ano, no grupo dos 25 aos 34 anos. Mas comparando este valor com o conjunto dos outros países temos, por exemplo, nos novos países, que entraram na União Europeia, 94%, e outros países da UE e mesmo a Espanha com 61%, a Itália com 64%. E temos uma média – e o número mais conhecido é este – nos 25 aos 64 anos, de 25% da nossa população com o 12.º ano contra uma média da OCDE de 67% e da União Europeia (de 19 países) de 67%.

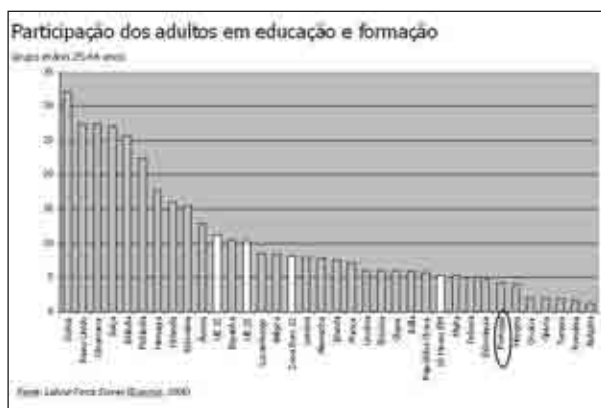
Falamos de duas coisas muito importantes. Em primeiro lugar, nós estamos a recuperar de um atraso a uma velocidade que não é idêntica à de outros países. Apesar de tudo, tem sido feito um esforço enorme, porque nós passamos de 12 para 40% de escolarização de nível secundário da população (ou seja, em trinta anos). A Coreia, por exemplo, partiu de um valor de 34% e hoje tem 97% mas, de facto, partiu de 34%. É diferente, apesar de tudo porque, como sabemos, a progressão da escolarização dos filhos depende em grande medida do grau de escolarização dos pais, da relevância que se dá à escola e de vários outros factores.

Gráfico 1



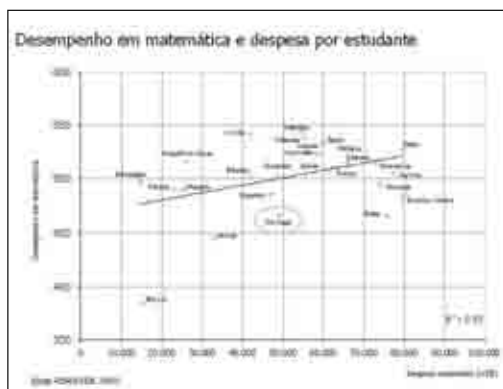
Olhando para o número médio de anos no sistema educativo (Gráfico 1), Portugal é o país que se encontra na pior situação. A média da OCDE está no meio e podemos verificar a Noruega, a Dinamarca, a Alemanha do lado esquerdo e temos Portugal, o México, a Turquia e a Itália do lado direito. Estamos, apesar deste esforço e destes avanços, na pior posição. A evolução é relativamente importante, mas apesar de tudo difícil.

Gráfico 2



Por outro lado, no que concerne à participação dos adultos em educação e formação (Gráfico 2), que é muito importante no contexto deste Debate, nomeadamente o empresarial, nós também estamos numa posição muito desfavorável.

Gráfico 3



Apesar de tudo, temos um valor de investimento estatal em educação acima de muitos outros países. E, simultaneamente, o nosso nível de *performance* e de desempenho, por exemplo, em Matemática, está muito abaixo da generalidade dos países (Gráfico 3). Também sabemos isso, e estes são factores que nem sempre andam muito associados, embora isto não queira dizer que estamos a investir demais em educação. Significa, antes, que o investimento que estamos a fazer em educação não é suficientemente eficaz e eficiente, nomeadamente o que temos feito nos últimos anos. As organizações escolares têm de estar orientadas para o sucesso escolar de todos os seus alunos, a autonomia pode ser um instrumento muito eficaz, o *ethos* escolar é decisivo se favorecer práticas educativas concretas, e em cada turma, que promovam o sucesso educativo de todos.

Ainda ontem se discutia na Gulbenkian, eram economistas da educação que promoviam as análises sobre esta matéria e que têm trabalhado com os valores do investimento em educação e o desenvolvimento económico, nomeadamente a produtividade e concluem que há um efeito real associado ao investimento em educação; por cada ano de aumento médio das habilitações, há um aumento associado nas taxas de actividade e de emprego.

Nós estamos, de facto, numa situação difícil, temos 67% dos activos com uma escolaridade inferior ao ensino secundário e 50% com uma escolaridade inferior ao 9.º ano. Mas a realidade mais complexa é esta: é que no grupo etário mais jovem, 18 aos 24 anos, há cerca de 485.000, perto de 500.000 activos, que estão a trabalhar hoje sem o 12.º ano e uma parte importante deles, à volta de metade, nem sequer concluíram o 9.º ano. Nós estamos a reproduzir, nos anos mais recentes, este modelo de baixas qualificações e baixos salários, no qual temos persistido durante muitas décadas.

Por outro lado, e indo mais directamente à questão da formação técnica e profissional dos jovens, nós estamos também numa situação quase única a este respeito, porque a frequência das vias técnicas e

profissionais é, de facto, muito ténue. E aqui temos uma comparação com alguns países apenas (Tabela 2).

Tabela 2

Taxas brutas de conclusão no nível secundário por via de ensino		
	Programas gerais	Programas pré-vocacionais e vocacionais
Alemanha	36	62
Espanha	45	25
Irlanda	66	34
Holanda	34	66
Portugal	40	14
República Checa	18	69
Média da OCDE	47	44
Média UE 19	42	50

Fonte: Educação at a Glance (OCDE, 2006)

Em Portugal – trata-se aqui de taxas brutas de conclusão no nível secundário pela via de ensino, quem, como e em que via de ensino é que conclui – temos uma taxa de conclusão de 40% em programas gerais, a chamada formação mais geral que nos faz ter as reminiscências do que era o antigo Liceu, e 14% nas formações vocacionais, que são designadas assim em termos de estatísticas internacionais.

Não há modelos únicos nem sequer modelos que tenhamos de seguir. Além do mais, existem muitas disparidades. Temos de seguir o nosso caminho, enfatizando os percursos que têm obtido maior sucesso escolar, escola a escola.

Vejamos agora alguns elementos intra-nacionais, que ajudam a perceber como se distribuem desigualmente as médias nacionais.

Tabela 3

Taxa de conclusão do 12.º ano por NUTS II do Continente e NUTS III da Região Norte

Grupo etário 25-29 anos

Minho-Lima	35,0
Alentejo	32,1
Alentejo	26,2
Grande Porto	46,5
Tâmega	18,0
Entre Douro e Vouga	28,7
Douro	33,3
Alto Trás-os-Montes	38,1
Norte	34,3
Centro	39,9
Lisboa	56,9
Alentejo	38,8
Algarve	43,8
Continente	42,7

Fonte: Base de dados INE (2007)

As disparidades internas acentuam-se, quando nós verificamos, por exemplo, o caso da região Norte (Tabela 3). Trata-se de taxas de conclusão do 12.º ano, no grupo etário 25 a 29 anos, e podemos verificar valores para o Continente com 43%, para o Norte com 34% e para a região do Tâmega, por exemplo, com 18%.

Há, assim, disparidades internas a nível nacional gravíssimas e a região do Tâmega abrange concelhos industrializados do nosso país, regiões responsáveis por grande parte das nossas exportações e é esta área do país a mais débil do ponto de vista da conclusão do 12.º ano, mesmo na população etária mais jovem. Isto é preocupante!

Então, o que é que se passa? Algumas notas.

Nós nunca tivemos nenhuma intervenção educativa em Portugal, nos últimos trinta anos, que se dirigisse expressamente a combater estas disparidades. Temos, de facto, de concluir que há muita ineficácia e muita ineficiência nas medidas tomadas, nos últimos trinta anos, a propósito do desenvolvimento da educação.

As desigualdades sociais e as disparidades regionais são enormes e, sobretudo, constata-se que o modelo de educação que temos vindo a desenvolver, ao abeirar-se das populações de nível sociocultural mais baixo não consegue avançar. Há resistências enormes porque as populações, diante do insucesso escolar, acabam por adoptar a estratégia do abandono escolar. Temos uma taxa de abandono escolar elevadíssima e que se faz prematuramente, antes do tempo adequado e, sobretudo, sem qualificação profissional.

Algumas outras notas:

Por um lado, aprisionamos dentro das escolas problemas sociais complexos que elas não poderão resolver. A heterogeneidade social, que está dentro da escola, coloca-nos desafios novos e difíceis. As escolas hoje estão muito isoladas, e este é um problema importante na reflexão de hoje. As escolas estão muito sozinhas a encontrar soluções para problemas que não lhes compete resolver e depois tentam transformar-se em instituições vale-tudo ou em instituições como eu costumo dizer “mães de todas as tarefas educativas”, quando elas são instituições muito ténues, débeis, até mal articuladas dentro de si. São instituições que foram formadas e formatadas para outro tipo de missão, que não foram reestruturadas e que hoje não podem responder a todos os problemas.

Tendemos a centralizar toda a administração educacional. Não há autonomia, as instituições locais não podem resolver formal e localmente, os problemas que se lhes colocam da maneira que entenderem. Há uma centralização absoluta do sistema e o sistema está instituído sobre a base da irresponsabilidade. Não há um mecanismo que permita desde a base, e a começar na base e segundo uma lógica de subsidiariedade, responsabilizar os agentes pelo que acontece; o sistema está feito todo ele ao contrário, é a Lei que determina tudo, então é a Lei que se responsabiliza por tudo o que acontece. Há uma desresponsabilização enorme sobre quem faz o quê, quem devia ter feito, porque é que aconteceu e, sobretudo, sobre o que acontece e como é que

se pode melhorar. Por exemplo, não há dinâmicas de responsabilidade social local face a cada adolescente que abandona a escola.

A inclusão de todos na escola, no sistema de ensino e formação, melhor dito, em todo o tipo de escolas e centros de formação, tem de passar pela inclusão social da escola. De facto, nós temos de dar prioridade à promoção desta inclusão social da escola.

Outra nota sobre o insucesso e o abandono.

O 10.º ano é hoje o ponto crítico, se quisermos, ou então é “a via de escoamento” de um conjunto de problemas que existem na sociedade e no sistema. O insucesso é superior a 50% numa série de disciplinas e o abandono situa-se perto dos 25%, se somarmos desistência e abandono até ao 12.º ano. Hoje, em Portugal, um em cada quatro jovens abandona a escola no 10.º ano ou no 11.º ano. E há locais onde este valor chega a 35%-40% dos jovens. Conseguimos escolarizar a população até ao 9.º ano ou até à idade em que é obrigatório permanecer na escola, 15 anos, mas temos uma dificuldade enorme em dar o passo seguinte que é: uma vez feita essa escolarização de base, que como sabemos também apresenta uma qualidade muito heterogénea, o que fazer a seguir? Que passo dar a seguir? Que tipo de ensino pós 9.º ano deveria haver? Que formações? Com que critérios de equidade, qualidade e eficácia?

Há um grande debate a fazer sobre a diversificação pós 9.º ano, que ainda não é desejada em Portugal, maioritariamente. Há uma espécie de resistência ideológica que diz que se nós não dermos o mesmo a todos não damos o melhor a cada um. Esta lógica está instituída desde o 25 de Abril, uma lógica igualitarista que diz que nós, para darmos o melhor a cada um, temos que dar o mesmo a todos, senão estamos a criar clivagens, a cristalizar desigualdades sociais. Preferimos a hipocrisia de dizer “é melhor dar a todos igual”, ficamos melhor com a nossa consciência do que se optássemos por diversificar e proporcionar diferentes oportunidades de excelência a cada um. É mais difícil, é óbvio, construir respostas diversificadas, com qualidade, capazes de favorecer diferentes tipos de excelência.

Tabela 4



Na Tabela 4, podemos verificar os níveis de retenção e de desistência, no 10.º, 11.º e 12.º ano, à direita, as três últimas colunas, e vemos que os níveis são elevadíssimos. Esta população abandona a escola desqualificada do ponto de vista profissional. Temos aqui um grande problema para resolver e com fortes incidências sociais.

O que fazer, então, para qualificar mais e melhor os jovens?

Primeiro – eu coloco muito esta ênfase – temos de resolver isto nas comunidades locais, quer dizer, temos de ser capazes de colocar a tônica da acção em cada comunidade e tentar, em cada comunidade, evitar o abandono desqualificado. E isto só se pode fazer com os actores locais, que estão em cada situação e que podem agir em cada circunstância. Nós temos essa mania terrível de, diante dos problemas, “disparar” decretos. É aquilo que alguns autores chamam a “juridização” dos problemas sociais. É típica do nosso país esta capacidade de “travestir” problemas sociais em problemas educativos ou educacionais. Eles são sociais e têm

de ser resolvidos no contexto social, na comunidade onde mora cada escola e os seus diferentes interessados. Temos de agir com os actores que temos, não com os que inventamos, com as capacidades e com os recursos que lá estão mobilizados. E não podemos admitir que algum jovem saia da escola sem qualificação escolar e profissional.

Como é que podemos fazer isso? Apertando a malha do acolhimento e a malha das oportunidades. Se formos capazes de apertar as malhas do acolhimento e das oportunidades, criar sistemas de observação que não deixem ninguém para trás, podemos, através de redes locais de acção socioeducativa, envolver os agentes a nível local para apertar as malhas do acolhimento e das oportunidades.

De nada vale pensar em voltar ao passado, em aplicar hoje as soluções do passado, hoje que “os vândalos invadiram o local sagrado”.

Há muitos portugueses que não querem meter esta realidade na cabeça, que acham que a escola de há 40 anos é a mesma de hoje e que a escola de hoje pode reproduzir os modelos de há 40 anos. Hoje, os alunos estão todos na escola até aos 15, 16 anos e só em 1998 é que chegaram todos à escola. 1998 foi ontem. Mas, por outro lado, estão na escola todos, os que querem e os que não querem estudar. Os que têm interesse pelo que estão a fazer e os que não têm interesse nenhum em estar na escola, o que coloca desafios completamente díspares de resolução dos problemas curriculares a que há que responder localmente, com autonomia. As soluções da Escola Fonseca Benevides ou da de Almada não podem ser as mesmas da Escola do Cerco do Porto. Os actores são diferentes, os contextos são diferentes, a construção de soluções será diferente.

Como diversificar e democratizar depois do 9.º ano?

Criar outro ambiente de oportunidades de ensino e de formação para todos, colocar a responsabilidade pela universalização deste nível secundário nas comunidades locais e a meu ver sob coordenação dos municípios.

Envolver os empresários na formação técnica e profissional inicial. Creio que é fundamental envolver os empresários na procura das melhores oportunidades. A maior parte dos municípios tem pequenas associações locais, empresariais, industriais e comerciais, que têm de estar presentes. As empresas mais significativas têm de estar envolvidas no lado das soluções, não no lado dos problemas.

Criar sempre em cada curso um coordenador responsável por esta articulação diária com a sociedade e as empresas. A articulação diária com as empresas é muito difícil de construir. Quem trabalha nas escolas, quem trabalha nos centros de formação profissional sabe disso. É uma relação que não nasce do acaso é construída a par e passo, ano após ano. E isto implica articulações para obter formadores, para utilizar equipamentos – porque os equipamentos de ponta não têm de estar nos centros de formação nem nas escolas – para criar estágios e desenvolver provas de aptidão profissional.

Abrir o leque de professores formadores a profissionais das empresas, fomentar essas tais provas de aptidão, que podem estudar problemas concretos das organizações laborais locais. Porque é que um curso, por exemplo, dedicado à organização e gestão do trabalho ou até de informática de gestão não produz, como prova de aptidão profissional, um *layout* para uma empresa que não tem sequer o *layout* definido? Estabelecer, por exemplo, corredores de segurança dentro de uma empresa. Eu visito muitas empresas, não aquelas do catálogo, mas as 80% em que nós caminhamos desordenadamente no meio das máquinas, com o lixo pelo meio...

Estas intervenções podem ser altamente benéficas para um jovem em formação, que lhe dão a dimensão real dos problemas e podem ser também muito propiciadoras da adesão dos empresários, porque ajudam a resolver problemas concretos.

E, finalmente, gostaria de deixar aqui alguns cenários. Nós podemos ter aqui cinco cenários – só para provocar – e aqui é que vem o mistério do 2079.

Um primeiro cenário é de regressão. Há um estudo de um economista português, que foi divulgado na imprensa a semana passada, que diz que nós estamos a regredir na taxa de escolarização do 12.º ano, e que na taxa de abandono escolar, nos últimos dez anos, Portugal melhorou 0,01%.

E isto porquê? Porque continuamos a ter uma enorme atracção de mercados de trabalho secundário, que são os mercados de trabalho de baixas qualificações/baixos salários. Continua a haver uma enorme atractividade desse mercado empresarial para os jovens saírem da escola com 14, 15 anos, sobretudo filhos de famílias com muitos problemas económicos e culturais.

Além disso, o desemprego de diplomados, que atinge mais de 50.000, deixa os jovens do 9.º ano e as famílias a pensar “para quê esse investimento no ensino superior?” Reforçando aquela cultura de que a escola vale pouco, o que vale é o trabalho, então é claro que se opta pelo trabalho...

Segundo cenário de continuidade, a continuidade do impasse. Se nós progredirmos ao ritmo dos últimos seis anos, em 2079 estaremos na actual média da OCDE de escolarização da população com o 12.º ano, da sua população activa de 25 a 64 anos (Tabela 1). Digamos que é uma perspectiva, de facto, “encantadora”, esta de, em 2079, nós atingirmos a média de 2004, da OCDE. De 2004! É uma progressão de 0,5% ao ano, com base na taxa actual que vimos há bocado, que é de 25%. Claro que se calhar não é isso que vai acontecer, porque nos últimos dois anos nós já evoluímos a 1% ao ano. E é natural que com a escolarização crescente a taxa também vá aumentando, o multiplicador vá aumentando. O exercício não deixa de ser a provocação que é preciso fazer, porque mesmo no melhor indicador, a média actual da OCDE só será conseguida no ano 2040, na melhor das hipóteses, quarenta anos antes daquele cenário.

Em terceiro lugar, a educação continua a ser a “quinta prioridade” das autarquias, ou das empresas, ou do desenvolvimento local, isto é,

o investimento em formação continua a ser uma prioridade adiada. Primeiro está o futebol e depois outra vez o futebol e depois virá talvez a educação. Raras são as autarquias onde isto se processa ao contrário, raríssimas.

O último cenário - que eu acho que é um cenário igualmente válido e importante para o nosso país - é um cenário de investimento social e local na educação e na formação dos jovens. Mas é um cenário que exige de facto uma mudança muito grande de atitudes. É preciso trabalhar muito mais, em conjunto, numa forte articulação entre actores sociais, em cada comunidade.

Nós verificamos que os técnicos da Segurança Social, os técnicos locais ligados à Justiça ou à Educação ou a qualquer outra intervenção não se conhecem. Trabalham no mesmo sítio, não trabalham em conjunto. Reportam à entidade hierárquica superior que geralmente está num órgão desconcentrado regional ou em Lisboa. Estão no “terreno” a reportar para cima, ”à consideração superior”, e não trabalham entre eles. O cenário implica muito trabalho, muita cooperação local, lideranças fortes, sejam assumidas pela autarquia ou por alguma personalidade/entidade que o possa fazer localmente, a geometria das soluções depende de cada sítio. É necessário focar e depois muita persistência.

Nós, por exemplo, fizemos o investimento no ensino profissional entre 1989 e 1994 e em 1994 tirámos o pé do acelerador. Agora estamos a tentar acelerar outra vez, em 2007. Entretanto, perdemos a capacidades de intervenção ao longo destes anos todos e quando muita da população queria fazer a sua formação por essa via técnica e profissional, nós não fomos capazes de lhe dar uma resposta adequada.

Tenho a consciência de que a minha perspectiva era lançar alguns desafios, lançar três ou quatro ideias que pudéssemos debater e não fazer uma análise exaustiva desta matéria, mas também não podia fazer uma descriçãozinha. Por isso, esta opção. Muito obrigado.

Francisco van Zeller*

Meus senhores, eu sou o primeiro a agradecer. Tal como disse estou a aprender, embora parte destes números eu já os conhecesse. Temos algum tempo para debate. Eu creio que estes problemas tocaram-nos a todos, através dos nossos filhos ou dos filhos dos nossos amigos ou nos sítios onde nós vivemos ou onde vamos passar férias, conhecemos isto tudo muito bem. Há algum comentário, alguma pergunta?

Se ninguém quer falar posso eu pelo menos dizer que existe um sítio aqui em Portugal onde um grupo de grandes empresas tomou conta de todas as escolas do concelho e resolveu dar o ensino técnico e científico, sobretudo Física, Química e Matemática. As aulas são dadas pelos empregados da firma, pelos engenheiros, pagam aos professores para eles se actualizarem, viagens, livros, Internet, computadores, etc. Todos os alunos têm computadores dados pelas empresas. E fizeram-no porque precisavam de técnicos e o concelho não fornecia os técnicos suficientes, de modo que optaram por tomar em mão esse problema.

E os resultados são estrondosos: abandono escolar, zero, formação técnica muito acima da média do país, uma dedicação enormíssima, os professores muito acima da média dos seus colegas, portanto funciona. É pena ser um caso único, mas ele existe e o sítio é Estarreja. Quem quiser copiar, copie, só que demora, tal como o senhor Professor dizia, muitos anos, muito tempo e exige uma enormíssima dedicação.

* Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa

A liderança de um professor universitário com muita idade, muito tempo, muita devoção a esta causa que conseguiu transformar o país neste cenário era ideal, mas mesmo que não fosse tanto como Estarreja, pelo menos que fosse parecido, qualquer coisa neste sentido. Este é o meu depoimento, gostava que continuasse agora.

DEBATE

Representante da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)

– Posso fazer um comentário? Como alguns dos que aqui estão, eu tive a sorte de há uns anos atrás, na Exponor, ter assistido a um seminário sobre o ensino técnico-profissional. Era Vossa Excelência (Prof. Joaquim Azevedo) o responsável de uma direcção geral do ensino técnico, salvo erro, creio que o nome era GETAP. Era primeiro ministro o actual Presidente da República. Foram três dias extremamente importantes em que pela primeira vez se tratou e se falou do ensino técnico-profissional. Depois Vossa Excelência foi Secretário de Estado, fiz parte de um grupo que organizou um seminário sobre as escolas profissionais no Montijo, era ministro da Educação o Engenheiro Couto dos Santos e quis tê-lo na abertura e Vossa Excelência esteve no encerramento.

Na verdade muitas coisas se passaram neste período e havia muita esperança no ensino técnico-profissional – e não vou falar do ensino técnico-profissional existente antes do 25 de Abril. Houve um ministro da Educação, o Engenheiro Veiga Simão, que pretendeu dar uma volta ao ensino técnico-profissional. Era impossível um ensino técnico-profissional sem que os jovens quando terminassem esse ensino não soubessem, não dominassem uma língua e isso acontecia nos Cursos Industriais de Serralharia e de Electricidade, e todos nós sabemos que com a evolução técnica que houve, era impensável uma situação desse tipo.

O que temos verificado é que apesar das mudanças de currículos que tem havido, o ensino técnico-profissional continua a marcar passo. Eu represento aqui a ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias, mas fui professor do ensino secundário, do ensino regular, durante 36 anos e sou duma terra, do Montijo, que tem uma série de vertentes no campo do ensino técnico.

E há uma preocupação que eu tenho, é o que fazer das antigas escolas industriais, algumas delas extremamente bem apetrechadas, veja-se o caso da antiga Escola Marquês de Pombal que na área da Mecânica

tinha um parque de máquinas que se calhar uma grande parte das nossas empresas do país não tinha. A minha escola também tinha um belíssimo parque de máquinas e na verdade o número dos alunos que querem o curso de Serralharia, depois Curso Geral de Mecânica nas secções preparatórias para os institutos industriais, e a parte de Electricidade, nunca tivemos menos do que duas, três turmas. Agora, zero.

Mas há alguma coisa em que não se conseguiu ultrapassar a barreira. É que o Montijo também tem uma escola profissional e ao contrário das actuais secundárias que não conseguem um número mínimo de alunos para frequentar os cursos ligados à Mecânica e à Electricidade, a escola profissional, vizinha da minha antiga escola, tem um curso de Electromecânica e para uma turma de vinte, aparecem cinquenta interessados. Um caso curioso. É que a parte prática é dada na minha antiga escola e a grande maioria dos professores, tirando aqueles que vêm das empresas, são efectivos da minha escola, o que me leva a pensar que na verdade há um desfazamento brutal entre os programas.

É que em relação a outros países, o maior número de alunos, ou uma grande percentagem, são alunos oriundos dos cursos tecnológicos, no nosso caso é ao contrário, o grande grosso da coluna são os alunos da via de ensino, do prosseguimento de estudos, portanto algo não está bem neste mundo, no nosso mundo.

Em relação às autarquias, eu sou daqueles que pensa que o insucesso e o combate ao insucesso tem de começar no 1.º ciclo e na educação pré-escolar. O ciclo é de dois anos, com mais um de pré-escolar e aí as autarquias têm apostado grandemente. É lógico que às autarquias só lhes compete a situação do 1.º ciclo, o pré-escolar e o 1.º ciclo. Eu tenho pena que até ao 3.º ciclo não haja uma descentralização da responsabilidade das autarquias como há no pré-escolar e no 1.º ciclo, porque na verdade eu julgo que não podemos ver o sucesso no fim da pirâmide mas temos que começar a ver o sucesso no princípio da pirâmide.

Ou se dá uma grande volta naquilo que se pretende do ensino técnico-profissional ou então dificilmente vamos conseguir, do meu ponto de vista, satisfazer as condições que os empresários portugueses procuram e pretendem para tentar eliminar uma lacuna com todos os erros que o antigo ensino técnico tinha.

Fiquei aqui com uma dúvida, senhor Professor, quando diz que entre o escalão etário dos 34 e 65 a percentagem dos alunos que têm o 12.º ano é de 15%, se está a juntar nesse grupo etário os alunos dos antigos cursos complementares, porque na verdade no escalão dos 65, que é o meu caso, não havia o 12.º ano.

Por fim, quero dar os meus parabéns à CIP e à CCP, e sendo eu uma pessoa assídua do Conselho Nacional de Educação em representação da ANAFRE, julgo que na verdade só a CIP e a CCP é que poderiam ter patrocinado um debate como este.

Joaquim Azevedo – Só comentava duas ou três coisas muito rapidamente. Em primeiro lugar, creio que nós temos a obrigação de oferecer percursos, para os jovens após o 9.º ano, de tipo tecnológico ou profissional, o que queiramos, dados em escolas profissionais, centros de formação profissional, escolas secundárias, mas que sejam de qualidade e que, por outro lado, sejam capazes de satisfazer a procura. E, de facto, também como disse, a procura do ensino profissional, por exemplo, que é a modalidade que tem tido mais sucesso neste tipo de formação, comparada com a aprendizagem – a aprendizagem tem menor expressão, é só por isso – não encontra resposta, do ponto de vista político. Nós não damos condições aos jovens e às famílias para prosseguirem os estudos nessas áreas. Isto é um contra-senso total. Por um lado, dizemos que é preciso formar mais técnicos, as famílias e os jovens querem e, por outro lado, nós não os deixamos matricularem-se. E isto acontece assim desde 1994, como eu disse há bocado, quando estancaram o desenvolvimento do ensino profissional.

Hoje, tenta-se recompor o ramalhete, treze anos depois, treze anos tão importantes do ponto de vista da nossa economia, do nosso

desenvolvimento. Treze anos depois, deixando sem resposta essa população que as procurava, criando *numerus clausus* muito piores do que no ensino superior e, pouco atentos a tudo isto, deixamos perder milhares, ou dezenas e dezenas de milhares de jovens, que poderiam ter feito esta formação e que foram para o ensino secundário geral, para o qual não tinham nem capacidades nem aptidões, no qual reprovaram ano após ano e, por fim, abandonaram.

Creio que vale a pena pensarmos melhor esta questão, e ela não se resolve apenas dizendo: “deixem-se estar aí, pois agora vamos meter os cursos profissionais nas escolas secundárias, uma vez que no ensino profissional deu resultado, tem mais sucesso, vamos metê-lo nas escolas secundárias”. Um curso profissional tem sucesso no ensino profissional porque ele está revestido de um conjunto de requisitos e esses requisitos são necessários. Na semana passada, num debate em Braga, diziam várias escolas “nós agora temos esses cursos e estamos mais sossegados porque todos os alunos que reprovam no 9.º ano vão para os cursos profissionais e portanto já está o problema mais ou menos resolvido”. Estamos a criar condições óptimas para destruir mais uma experiência, um projecto e uma dinâmica que está em curso e que tem sucesso.

Deixo estas notas, sempre com uma expectativa muito positiva, porque eu creio que nós temos condições para progredir a um ritmo muito mais rápido do que aquele que temos vindo a percorrer, muito melhor e com melhores soluções. Creio que é possível e está nas nossas mãos. Temos é que trabalhar muito mais em conjunto e nomeadamente com esta articulação com o mundo empresarial, que eu creio que vai ser objecto de maior discussão, mas que é fundamental. Como dar as mãos entre estes dois campos? O caso de Estarreja é um, mas eu também podia dizer que na Trofa se está a caminhar nesse sentido, há outros municípios onde há prioridades claras neste sentido.

Agora, nós temos é de fazer o *benchmark* dessas perspectivas, recolher as melhores práticas, articular debates e ideias, e criar condições idênticas noutros locais, e levar, digamos, os poderes públicos, as

políticas públicas a estarem associadas a estas dinâmicas e não impondo modelos únicos ao país, que em nada servem, como se tem visto nos últimos trinta anos.

Era esta a minha mensagem porque creio que o senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação estará na parte final. Em princípio encerrará o debate e, por isso, eu aproveito para me despedir.

Francisco van Zeller – Eu só queria, para terminar, dizer que a imagem antiga que a gente tem dos cursos vocacionais, e eu gosto mais da palavra vocacional, é a de um homem de fato macaco, que foi para mecânico, dali nunca mais sai na vida, o electricista, etc., mas não é. Neste instante pode ser música, pode ser bailado, pode ser teatro, pode ser rádio, televisão e dentro da rádio e da televisão pode ser a produção, locutor, etc.. Dentro da informática pode ser nas diversas áreas informáticas e se a gente quiser nas áreas técnicas, já não é o mecânico e o bate-chapa, agora é a electrónica, robótica, electro-medicina, a electro-hidráulica. Tudo isso são coisas de vanguarda, de ponta, em que normalmente o primeiro emprego se paga melhor do que o primeiro emprego de um advogado e de um engenheiro e isso não é uma excepção, é a regra.

Um tipo que apareça no mercado com electro-medicina ganha três vezes mais do que um engenheiro no primeiro emprego. É preciso nobilitar ou nobilizar as novas profissões, muito exigentes, muito avançadas, de ponta e que são muitas e que não é obrigatório que seja mecânico e bate-chapa que é aquilo que ficou na imagem do trabalho profissional. Também tem muito valor, mas desqualificou-se na sociedade.

Se as pessoas gostam muito de tocar guitarra e não gostam de estudar, pois então que estudem guitarra, pois elas próprias vão perceber que precisam do 7.º ano para tocar bem guitarra, ou do 12.º ano para tocar bem guitarra. E, voluntariamente, irão regressar aos estudos pela guitarra. E o mesmo com o bailado, com a música, a electro-medicina e qualquer dessas. Eles entram para os cursos vocacionais e imediatamente

sentem a necessidade de acabar os cursos normais porque a falta de cultura não os ajuda a fazer aquilo de que eles gostam.

É preciso indicar-lhes que existem muitas saídas vocacionais e não é obrigatório estar ali com a Filosofia e com a Matemática.

MESA REDONDA

Moderador – Paulo Ferreira – *Jornal Público*

José de Oliveira Guia*

Qualificação e Vida Activa

1. Enquadramento

A qualificação das pessoas para tarefas ligadas à vida activa é uma responsabilidade nacional prioritária. Não tem merecido, infelizmente, a necessária atenção prática e consistente dos mais responsáveis: os titulares do poder político-administrativo e os empresários e gestores da actividade económica pública e/ou privada.

2. Equívocos I

Articular a vocação e operação do sistema formal de ensino com as exigências da economia real – traduzidas no paradigma de uma educação-formação para a mudança – é tarefa não apenas difícil do ponto de vista técnico-pedagógico mas, sobretudo, exigente quanto à metodologia do trabalho a desenvolver: **não dispensará, sob pena de logro total e conseqüente desperdício de recursos, a íntima cooperação dos serviços públicos envolvidos com as representações privadas da economia real.** A verdade é que, sendo isto óbvio – tanto quanto o é reconhecer que não há economia sem empresas – vimos consumindo décadas de oportunidades e gerações perdidas, produzindo sucessivas teorias e modelos, reorganizando, reestruturando, alimentando

* Presidente da ANEMM – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas
Vogal da Direcção da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa

monstruosidades burocráticas que proclamam servir a competitividade nacional mas apenas sustentam o crescimento incessante de uma generalizada mediocridade.

Desde que, em nome da democratização do ensino e de outras fórmulas semelhantes e vazias, foi superiormente decidido extinguir o Ensino Técnico Profissional, temos vindo a testemunhar o progressivo e dramático empobrecimento do nosso tecido industrial. A falácia do desenvolvimento – e conseguir o acordo sobre o que isso é e como se avalia?! – definitivamente ganho por milagrosa intervenção das novas tecnologias da informação – não é apenas o lamentável equívoco transformado em “slogan” da ignorância: instila na sociedade portuguesa – e sobretudo nos mais jovens – a ilusão de que uma mera, ainda que indispensável, ferramenta de trabalho contém e disponibiliza com um simples “click”, toda a informação e todo o conhecimento que abrem as portas da felicidade...!

3. O Factor Humano

O valor do trabalho e do esforço pessoal persistente e sério, o espírito e a prática do respeito e da solidariedade, o culto da Pátria e da sua História, a consciência da partilha na aventura de prolongar e enriquecer a herança que nos cumpre passar às novas gerações não ocupam, há demasiado tempo, nos programas e na prática das nossas escolas o lugar primeiro que deveriam merecer. Assim sendo, à realidade virtual gerada pela “cultura das novas tecnologias da informação” soma-se o **vazio das referências verdadeiramente reais e humanizantes**: o resultado, em termos sociais, é o dramático crescimento do individualismo, gerador da solidão e das perturbações de relacionamento que agitam, entre outras, as comunidades escolares e empresariais; em termos económicos, as consequências traduzem-se, ao lado de um desolador processo de desmaterialização da nossa economia – causa próxima do agravamento das contas externas por aumento inusitado do volume e valor das importações – no empobrecimento generalizado do

nosso parque industrial, impossibilitado de se regenerar por razões de ordem financeira e fiscal mas igualmente por razões devidas à endémica carência de competências profissionais: factor decisivo que limita a capacidade tecnológica e prejudica a competitividade.

É o factor humano, como sempre e em tudo, que distingue as sociedades e as economias. É ao factor humano que o país deve conferir a prioridade absoluta, e o melhor critério de validação de qualquer estratégia de desenvolvimento global reside indubitavelmente na importância prática conferida às políticas de valorização das pessoas.

4. Equívocos II

Acontece que vários equívocos têm comprometido a nitidez das análises da realidade empresarial portuguesa, não apenas nas vertentes organizacional e financeira mas também no que respeita às dependências tecnológicas e ao desenho e natureza das estruturas humanas que lhe estão associadas.

De facto, convivem em Portugal, desde sempre, realidades radicalmente distintas a que, por comodidade administrativa ou ignorância sociológica e económica das organizações, continua a designar-se por empresas. Sabemos todos que a esmagadora maioria das referidas organizações não preenche os requisitos mínimos característicos de uma empresa: falta-lhes a identificação e até a noção do respectivo negócio, a estrutura organizativa e funcional, a capacidade financeira, a prática ou mesmo uma ideia sobre as mais elementares regras de gestão. A verdade é que mais de 90% do chamado tecido empresarial português é constituído por organizações deste tipo que, assim mesmo, asseguram praticamente 80% do emprego. Quer dizer: **têm um desempenho e são agentes do nosso quadro económico mas a superação das suas insuficiências deve começar por intervenções nos planos social e educativo/formativo.**

5. Política e Estratégia

Uma estratégia nacional de valorização das pessoas não pode, pois, continuar a privilegiar concepções, recursos e instrumentos de aplicação universal, modelados para a obtenção de “ratios” favoráveis e para uma perigosa extensão da cultura tecno-burocrática do Estado. Um eventual mas fugaz sucesso político pode até reconhecer competências gerais e avulsas que alimentam alguns “egos”, mas não resolverá as questões de fundo: porque as necessidades precedem as políticas e estas não podem ignorar as realidades sociais, culturais e económicas específicas de diferentes regiões e sectores. E como, entretanto, o nosso “espaço natural” se alargou a outras realidades, sem que tenha havido tempo para “caldear” diferenças e ir construindo novas estruturas de convívio social e cooperação político-económica, as decisões terão que **ponderar mais o que representa a progressiva consolidação de um sistema de valores do que a efémera construção de sistemas de poder...**

A **função** educativa não pode ser reduzida – mais uma vez e sempre por tentação do insaciável poder burocrático – a um mero **sistema** educativo. Ainda pior será se à sua nobreza e complexidade forem agregadas responsabilidades na área da qualificação profissional, sendo certo que ao Ministério da Educação faltam as estruturas de ligação – portanto de conhecimento da realidade empresarial e das suas necessidades –, acrescentando que não dispõe, há muitos anos, de experiência pedagógica, competências técnicas e equipamentos didácticos para realizar, com o mínimo de credibilidade, acções na área da formação profissional.

6. Objectivos e Clientes

A preparação para a vida activa tem um objectivo: fazer de cada pessoa, mais ou menos jovem, um cidadão: consciente dos seus deveres e direitos, equilibrado consigo mesmo e com a comunidade em que se integra, entre outras coisas porque dispõe das habilitações e competências que lhe permitem contribuir para o desenvolvimento

harmónico do conjunto nacional: nos planos social, cultural, político e económico! Mas todo o trabalho de valorização do factor humano nacional tem também um cliente principal: o universo das empresas – particularmente as da economia real, as que sabem e podem produzir os bens e serviços transaccionáveis que podem alimentar a balança comercial do lado das exportações, aumentando assim a riqueza nacional e, conseqüentemente os factores de reforço da nossa independência.

É por tudo isto que as decisões políticas que objectivam **as estratégias de qualificação dos nossos recursos humanos não podem deixar de atribuir aos agentes da economia real e às suas representações institucionais um papel absolutamente fulcral**. É por tudo isto que a construção de um modelo operacional de qualificação para a vida activa que ignore os contributos irrecusáveis dos seus clientes – as empresas! – está condenado ao fracasso. O país assistirá – veremos se pacificamente – ao desmoronar de mais uma tentativa de resposta à questão principal da nossa vida colectiva: porque foi ignorado o contributo activo, e não apenas formal, de quem, exclusivamente, pode identificar a necessidades em termos das **competências adequadas às exigências da actividade económica real**.

Todos conhecemos, de resto, os frutos da desastrosa experiência de extensão das condições de acesso ao ensino superior, consubstanciada na proliferação de universidades... Por efeito deste voluntarismo de enviesada cultura “democrática”, permitiu-se, à sombra de instituições seculares da máxima respeitabilidade, que se instalassem no país algumas organizações desqualificadas relativamente à competência universitária, que, ainda por cima, acumularam e utilizaram de modo criminoso as verbas escandalosas obtidas por extorsão de famílias obcecadas pelo sonho, sem dúvida legítimo, de terem filhos doutores...

As dezenas de milhar de jovens licenciados, oriundos das boas e das más universidades, e também de alguns politécnicos, testemunham o desastre de um ensino formal que tem vivido à margem da realidade e que, cumulativamente, **ajudou a instalar na consciência colectiva a**

ideia de que a formação profissional é um último recurso para os que não são capazes de frequentar, com aproveitamento, a escolaridade formal obrigatória: são os excluídos da normalidade que, afinal, produz excluídos da realidade! Entre os excluídos licenciados e os excluídos inadaptados corre a vida, perturbada e difícil, de uma actividade económica que não pode aproveitar nem uns nem outros.

7. Um Modelo Isolado da Realidade

Foi criado um novo modelo para a formação profissional. Aos que mais interessa, tudo foi ocultado. – Não se vislumbra para tamanho erro senão o inevitável fracasso: as estatísticas vão abarrotar de índices gloriosos que nos colocarão numa ilusória vanguarda da Europa; à economia e às empresas que a realizam nada aproveitará.

Os recursos destinados à formação profissional, disponibilizados pelas empresas e pelos seus trabalhadores, via segurança social, serão utilizados segundo critérios sobre os quais os que pagam não foram consultados, e através de estruturas operacionais que os não integram e são totalmente alheias à economia real. Mas o que representa este detalhe, comparado com as lições de boa gestão empresarial que frequentemente recebemos de alguns “especialistas” que nunca entraram numa empresa nem têm qualquer ideia de como funciona?

Pedro Almeida Freire*

Reformar o Sistema de Ensino

1 – O desempenho dos recursos humanos é, cada vez mais, um factor determinante da competitividade das empresas e das economias.

A chamada “economia do saber” transfere do domínio do material para os factores intangíveis grande parte daquilo que é determinante na criação de valor e que permite diferenciar os produtos colocados no mercado, sejam estes bens ou serviços. Estes factores imateriais estão directamente associados à incorporação de competências na actividade empresarial, ou seja, ao perfil dos recursos humanos que esta empresa e que constituem o seu principal activo.

Se não basta dispôr de uma boa formação escolar para que as economias progridam – e os países do Leste da Europa são um bom exemplo disso mesmo – é um facto incontornável que a existência de défices de qualificação dos activos, em especial, ao nível da formação escolar, condicionam fortemente o desempenho das economias.

Ora, como é sabido – e todos os indicadores estatísticos e comprovam – Portugal tem no sistema de ensino um dos principais constrangimentos ao seu desenvolvimento, pelo que o propósito de alterar, no mais curto espaço de tempo possível, esta situação é um desafio e uma aposta que o nosso país tem que vencer.

* Vice-Presidente da CCP

2 – Temos um **sistema de ensino ineficaz**, com níveis de desempenho claramente insatisfatórios e, sobretudo, com uma **relação qualidade-custo inaceitável**, em especial, ao nível do ensino secundário.

Da população na faixa etária entre 20 a 24 anos, **apenas 49% tinha em 2004 concluído o ensino secundário** o que compara com os 77% do conjunto da U.E. 25 e nos coloca no penúltimo lugar entre os estados membros, apenas ligeiramente à frente de Malta; e com uma agravante face a este país que é o facto do peso da despesa pública em educação, medido em percentagem do PIB, ser bastante superior em Portugal onde, com 5,8%, nos posicionamos acima da média da própria União Europeia que se situa nos 5,2%.

Embora com um **“ratio” professor/alunos** que é (a par da Grécia) o mais baixo, quer da U.E, quer do conjunto dos países da OCDE, com 8.4 alunos por professor no ensino secundário (a média na OCDE é de 13.3), temos um **número de horas de ensino** no secundário, que nos posiciona bem abaixo da média da U.E., e temos, igualmente, o menor **número de anos de formação escolar** por aluno entrado no ensino primário.

Assim sendo, não é de estranhar que o elevado custo do sistema não tenha tradução nos resultados obtidos.

De facto, a rápida “massificação” que ocorreu, sobretudo, após o 25 de Abril de 74, se teve um efeito positivo nos níveis de escolarização, provocou uma degradação da qualidade média do ensino, em Portugal. A par de um claro abaixamento da qualidade do serviço prestado pelas instituições de ensino resultante da falta de preparação de muitos docentes, concomitante com uma desvalorização da função de ensinar, assistiu-se à adopção de um conjunto de concepções e metodologias erróneas que muito contribuíram também para agravar esta situação.

Entre as concepções erradas seguidas no pós 25 de Abril destaca-se a **desvalorização do ensino profissional ou profissionalizante** que, apesar de alguma recuperação mais recente, em resultado do esforço da

iniciativa privada, ainda representa hoje (ano lectivo 2004-2005) apenas 9,8% dos alunos matriculados no ensino secundário. O Estado, furtando-se a dar um apoio efectivo a estas instituições de ensino – cujo papel deve ser claramente diferenciado do ensino secundário regular – optou por integrar neste último os chamados “cursos tecnológicos”, claramente direccionados para colmatar o insucesso escolar e que não dispondo dos recursos humanos e técnicos adequados estará condenado a posicionar-se como um “ensino de segunda”.

Os números comprovam isso mesmo, pois enquanto o ensino profissional regista as melhores taxas de aproveitamento de todo o ensino secundário, com 69% de alunos a concluírem os cursos, apenas 43% dos que o iniciam concluem os cursos tecnológicos do ensino regular.

O **elevado abandono escolar** no secundário conjugado com um **ensino que não prepara devidamente os alunos para a vida activa** leva a que, em termos de mercado de trabalho, se registe uma clara **carência de quadros intermédios qualificados**, medido, entre outros indicadores, pelo facto de, apesar de tudo, os níveis de desempregados com o 12º ano e que não prosseguem estudos a nível do ensino superior ser claramente reduzido e, comparativamente, inferior ao dos jovens licenciados no desemprego.

3 – No que se refere ao **ensino superior** a situação antes descrita altera-se de alguma forma, pois se o problema da relação das qualificações com o mercado de trabalho se mantêm um problema crucial o desaproveitamento de recursos não é aqui o principal factor crítico pois a despesa pública com este sub-sistema de ensino situa-se claramente abaixo dos valores médios da União Europeia e os ratios professor/alunos estão próximos da média comunitária. Com 7% do total da despesa com educação para o ensino superior (apenas acima do valor registado pela Grécia), Portugal apresenta, isso sim, um dos mais reduzidos contributos “privados” para o ensino público em resultado de uma política demasiado generosa em matéria de propinas.

O problema central do ensino superior está, acima de tudo, relacionado com o número porventura excessivo de cursos e com o perfil dos mesmos onde se evidencia um claro desfazamento face às necessidades do mercado de trabalho. A criação do **ensino politécnico** não foi devidamente aprofundada no sentido de corporizar a afirmação de um perfil claramente diferenciador face ao ensino universitário e capaz de responder a procuras específicas da economia.

O crescimento da oferta de cursos fez-se sem uma adequada avaliação da empregabilidade dos novos licenciados e o resultado é que, por um lado, Portugal regista elevados níveis de desemprego de licenciados (pois com uma taxa global de desemprego abaixo da média da UE ocupamos, ao nível da UE 15 a 11.^a posição no que se refere ao desemprego de licenciados) e, por outro, as empresas não conseguem contratar pessoas com as qualificações de que necessitam, obrigando-se a investir na qualificação inicial dos seus activos para além do que seria aceitável, pois suportam, antes de mais, os custos das ineficiências do sistema de ensino.

A proclamada **cooperação escola-empresa** não passa, muitas vezes, de uma intenção com concretização limitada, continuando a registar-se uma separação entre o que se relaciona com o ensino e o que diz respeito às competências profissionais, pois muito raramente o ensino se confronta com o trabalho dos alunos em ambiente laboral ou de empresa e os estágios profissionais atingem níveis claramente incipientes.

O desemprego de jovens licenciados e uma fraca ligação do ensino à prática, vê-se agora agravada com a redução do número de anos de licenciatura institucionalizada com o “**processo de Bolonha**”. Num país como Portugal com problemas de empregabilidade nos jovens licenciados a antecipação na entrada no mercado de trabalho não terá fácil concretização e tenderá a manter na escola não, sobretudo, os melhores ou aqueles que se proponham desenvolver aptidões de nível superior e prosseguir, eventualmente, uma carreira nas áreas da

investigação e da formação avançada, mas, porventura aqueles que o mercado de trabalho rejeita.

Se, em termos comparativos, Portugal tem menos licenciados do que seria desejável como o provam os apenas 19% da população com curso superior contra 29% na União Europeia (19), tendo por universo a faixa etária entre os 25 e os 34 anos, o principal diferencial surge, reafirme-se, ao nível do secundário (quer no 2.º, quer no 3.º ciclo) e é visível no facto agravante de em Portugal 58% dos jovens entre os 15 e os 19 não estarem integrados em qualquer formação, o que se compara com os 19% em situação idêntica no conjunto da União Europeia (19).

4 – Se, como refere a Comissão Europeia, o “o aumento da eficiência através da melhoria da qualidade do ensino é uma questão crucial para o conjunto da União Europeia”, este objectivo ganha em Portugal um carácter ainda mais imperativo face ao posicionamento do nosso país no contexto dos Estados-membros da União. É, assim, essencial **racionalizar custos e seleccionar prioridades investindo nas áreas com retorno económico mais significativo.**

É, antes de mais, necessário dispôr de um **novo projecto educativo** que olhe para o ensino não como um laboratório de experiências pedagógicas desligadas da realidade envolvente, mas como um espaço inserido numa dinâmica colectiva de desenvolvimento económico e social, onde as escolas não podem deixar de ter como objectivo qualificar pessoas para a sua inserção na vida activa, e para o desempenho qualificado de uma actividade profissional.

As apostas fundamentais devem, pois, centrar-se na definição exacta da **função da escola** e do papel específico que a mesma deve desempenhar em cada sub-sistema em que se insere. Ou seja, precisamos de um projecto educativo que, por um lado, fomente uma cultura de exigência, de disciplina e de esforço na aprendizagem e que, por outro lado, promova a aquisição de conhecimentos em áreas social e economicamente úteis, aprofundando vias e percursos alternativos. Tudo isto implica dignificar a função docente e, simultaneamente, investir na

qualificação dos professores fazendo da profissão, sobretudo, ao nível do primário e do secundário, não o último recursos para obter um emprego, mas algo a que se acede e onde se progride por via do mérito e de um processo de avaliação justo, mas exigente.

Precisamos de uma gestão das escolas mais responsabilizante destas e menos centrada nos departamentos centrais do Ministério da Educação e que possa promover alguma sã concorrência entre as próprias escolas.

No plano dos conteúdos precisamos, acima de tudo, de um ensino que prepare os jovens para a vida activa, na pluralidade das vocações e das capacidades individuais. Ou seja, precisamos de **reforçar o ensino profissional** ao nível do secundário, preparando jovens para o desempenho de funções tecnicamente qualificados e com o domínio dos instrumentais adequados para o exercício de funções onde as relações interpessoais e os aspectos comportamentais são de importância crescente. Precisamos, igualmente de um ensino secundário geral que forneça uma base sólida de conhecimentos, quer ao nível da comunicação (línguas estrangeiras, falar e escrever correctamente o português), quer no manejo das tecnologias de informação, quer em domínios essenciais da formação do saber, seja ao nível das ciências sociais seja ao nível das ciências exactas.

Precisamos, por último de um ensino superior onde **universidades e politécnicos prossigam caminhos diferenciados**, apostando os últimos em cursos com uma orientação mais centrada no «saber-fazer» e em perfis profissionais com uma maior componente de aprendizagem técnica e apostando as primeiras em formar quadros vocacionados para o exercício de funções com maior componente criativa e de direcção empresarial, apostando igualmente, em programas de investigação com uma maior ligação às empresas e ao mercado.

A reforma da educação não se faz de um dia para outro, nem os seus resultados podem ter reflexos imediatos, mas o nosso atraso de várias décadas exige de todos um esforço empenhado na sua

concretização. Da parte do Governo e do Ministério da Educação é essencial uma maior abertura à sociedade, envolvendo os parceiros sociais e os representantes do mundo empresarial nas reformas; da parte destes é essencial o reconhecimento do papel essencial do sistema de ensino na economia e na competitividade das empresas e uma clara vontade de assumir parcerias com as escolas intervindo na definição dos programas escolares e de investigação em curso e reforçando o interface entre os saberes e as competências académicas e os saberes e as competências empresariais.

José Joaquim Leitão*

Bom dia. Eu gostaria de partir, nesta minha intervenção que tem que ser muito breve, do diagnóstico feito pelo Professor Joaquim Azevedo, que subscrevo.

Temos, portanto, um défice de qualificações a que temos de dar resposta. E esta resposta é vital para o país e para a economia. Aliás, segunda-feira passada, na Gulbenkian, uma das intervenções realizadas enfatizou esta ideia de que há uma relação muito grande entre a riqueza produzida e a qualificação média da população, e até se quantificou, houve quem avançasse a ideia de que por cada ano de escolaridade médio a mais na população haveria um aumento de 0,5% do PIB.

Ora, esta constatação é importante porque coloca a qualificação no seu devido lugar e dá-lhe a importância que deve ter na nossa sociedade. E desta constatação também decorre uma das perspectivas da intervenção assumida pelo Ministério da Educação que tem como objectivo que a formação média da população portuguesa deve tender para ser uma formação de nível secundário que é aquela formação que se considera ser a base para uma boa prestação ao nível do mercado de trabalho.

Como é que nós podemos tentar atingir este objectivo? Há aqui necessidade de intervir em dois níveis, ao nível do *stock* e ao nível do fluxo. Nós já vimos que 80% dos activos, daqueles que neste momento estão no mercado de trabalho têm uma formação abaixo do nível secundário. Então esses 80% são potenciais utilizadores dos dispositivos

* Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

que nós consigamos implementar no sentido de recuperar esse déficit de qualificação numa população activa.

Como não é, digamos, o tema principal deste debate, gostaria apenas de referir que há um grande esforço no sentido de, por um lado, implementar os Centros Novas Oportunidades, que são locais onde se concretiza a metodologia de reconhecimento, validação e certificação de competências que já foi aqui referido e que parte da ideia de que os adultos têm um conjunto de conhecimentos que podem ser relevantes numa perspectiva de certificação, o que permite formações complementares mais curtas e também uma maior eficiência no processo.

Para além dos CRVCC, neste momento aposta-se também como um elemento chave, nos cursos de educação e formação de adultos. Cursos de educação e formação de adultos que foram concebidos como cursos de dupla certificação e que continuam a existir enquanto tal. A partir deste ano, o Ministério da Educação avançou com um conceito que tem alguma novidade que são os cursos EFA só escolares, que não têm dupla certificação, visam apenas a certificação escolar, mas baseiam-se, como os cursos EFA de dupla certificação na metodologia de reconhecimento de adquiridos e de posicionamento do adulto no curso em função do seu ponto de partida. Estas são as duas respostas principais no que diz respeito ao *stock*.

Relativamente ao fluxo, nós temos ainda dois problemas graves, temos um déficit de eficiência ao nível do ensino básico, até ao 9.º ano. Há cerca de 22% dos nossos alunos que não concluem o 9.º ano e portanto é necessário encontrar uma resposta. Claro que há dez anos eram o dobro, mas 22% ainda é uma percentagem muito significativa. E entre outras, a resposta que neste momento está a ser implementa no Ministério da Educação com mais força, é aquilo que é conhecido pelos CEF, os cursos de educação e formação. Os cursos de educação e formação são cursos com características vocacionais, que têm dupla certificação, e do ano lectivo passado para este ano lectivo houve um crescimento muitíssimo grande dos cursos de educação e formação

desenvolvidos nas escolas secundárias mas também nalgumas escolas dos 2.º e 3.º ciclos.

Na área de Lisboa, passámos de cerca de 4.000 alunos para 8.000 alunos, portanto mais do que duplicámos o número de alunos abrangidos por esta modalidade, que é uma resposta, por um lado ao insucesso e ao abandono escolares e, por outro lado, um instrumento que visa dotar os jovens da certificação escolar e de uma qualificação profissional mínima para a inserção no mercado de trabalho.

O objectivo não é só formar os jovens para a inserção na vida activa. Nós temos já dados estatísticos encorajadores no sentido da recuperação dos jovens com insucesso acumulado para o percurso escolar. Uma vez frequentado o curso de educação e formação depois seguiram os estudos e isso não é um fracasso. Não é a integração imediata no mercado de trabalho, mas é a recuperação para o percurso escolar.

No que diz respeito ao ensino secundário, foi aqui mostrado pelo Professor Joaquim Azevedo que cerca de metade dos nossos jovens não concluíam o ensino secundário, portanto aqueles talvez 25% de jovens em idade escolar que têm um fracasso no 10.º, 11.º e 12.º devem ter também uma resposta adequada no que diz respeito ao sistema público de educação. E a resposta que tem sido dada, com particular ênfase desde o ano passado, é a implementação dos cursos profissionais nas escolas secundárias.

Não é uma novidade do ano lectivo passado, os cursos profissionais começaram a ser implementados nas escolas secundárias em 2004/2005. No que diz respeito a Lisboa, para terem uma ideia da cadência e também da natureza do passo, em 2004/2005 iniciaram três turmas de cursos profissionais nas nossas escolas, em 2005/2006 oito turmas e este ano iniciaram 212 turmas, o que representa uma mudança qualitativa nas nossas escolas secundárias.

Aquilo que se pretende essencialmente é que a escola secundária única, tendencialmente única, possa dar resposta aos vários segmentos de públicos e a várias procuras. Haverá idealmente na mesma escola secundária o curso geral para prosseguimento de estudos, e o curso profissional. Pretende-se com esta visão combater, também, grande parte do estigma que está associado às formações técnicas que realmente são retiradas dos mesmos espaços e da visibilidade que têm as formações “mais valorizadas”.

Há desafios muito importantes e é da resposta a esses desafios que depende o sucesso das medidas que estão a ser tomadas. É necessária uma articulação entre as redes das escolas secundárias, das escolas profissionais e dos centros de formação, portanto não pode haver atropelo nem concorrência que leve à inviabilização das soluções.

Há um instrumento que neste momento ainda está a ser implementado que é um sistema de informação das ofertas formativas. Portanto, há muitos passos ainda a ser dados, mas o caminho penso que está a ser apontado. Outro desafio é a articulação das formações qualificantes com a economia e as empresas. Isto é fundamental, e eu como oscilei na minha vida profissional entre a educação e a formação profissional estou particularmente desperto para estas realidades. O mundo das empresas e da economia, para a maior parte das escolas, é um mundo estranho. Há muito trabalho a fazer e penso que é um dos principais desafios.

O terceiro desafio, que eu apresentava aqui, é a valorização social das vias vocacionais, mas também aqui não há a possibilidade de partirmos já com a batalha ganha, é um caminho que também tem de ser percorrido. E depois como também enunciou o Professor Joaquim Azevedo, acho que há necessidade da territorialização das medidas e da implementação da educação e da formação. É necessário que as comunidades, os municípios, assumam a relevância da educação e da formação.

Temos um instrumento que neste momento está a ser implementado e que já cobre uma grande parte dos concelhos, dos municípios, que são os conselhos municipais de educação. Nem sempre os conselhos municipais de educação visam o desígnio da qualificação da população, mas também está na nossa mão pedir a orientação para um problema que diz respeito à representação do Ministério da Educação, no sentido de valorizar esta perspectiva articulada, integração social e económica.

Joffre Justino*

Eu queria, já que me tiraram a oportunidade de ter os meus dez minutos de intervenção e na sequência da intervenção do Professor Joaquim Azevedo, que é uma pessoa que eu respeito particularmente, tentar entrar no dito caminho das provocações.

E a primeira provocação que eu fazia é, o que é isso do mercado de trabalho?

Em 1975, eu era um jovem quase licenciado em Economia, estava numa situação particularmente complicada e decidi concorrer a carteiro nos CTT. E fui aos CTT – pelo menos sabia andar, era uma coisa que eu sabia fazer, sabia andar. Entrei, fui entrevistado e no meio da entrevista o senhor pergunta-me:

– “Então qual é a sua escolaridade?” E eu disse: “tenho o 4.º ano de Economia.” “Ah, então não pode entrar!” “Não posso entrar?” “Não, isto é só para o pessoal com a 4.ª classe...” “Ah! Mas porquê, se eu tenho mais do que a 4.ª classe?” “Não, mas isto é só para o pessoal com a 4.ª classe, é por causa do contrato colectivo de trabalho”.

E por causa do contrato colectivo de trabalho eu não fui carteiro dos CTT, e não tendo sido carteiro dos CTT não fiz uma carreira brilhante nesta empresa pública que todos nós conhecemos e tive que virar-me para outras actividades.

Este era o mercado de trabalho em 1975.

* Presidente da Associação das Entidades Acreditadas de Formação Profissional

Hoje o mercado de trabalho não tem nada a ver com o que relatei, como todos sabemos. Do ponto de vista das implicações tecnológicas, técnicas, do ponto de vista das implicações comportamentais e relacionais o mercado de trabalho mudou complicadamente.

Assim um amigo meu que é um jovem licenciado em Relações Públicas, que é um destes cursos maravilhosos que nós temos hoje, um jovem licenciado em Relações Públicas é telefonista, trabalha à noite num *call-center*. Isto é o mercado de trabalho hoje, de facto.

O problema está em saber o que é que as entidades, que têm a ver com o ensino e a formação profissional, públicas e privadas, de facto estão a fazer. E a primeira grande questão é que nós não estamos a ensinar. Não estamos a formar.

Nós devíamos estar a qualificar as pessoas do ponto de vista relacional, do ponto de vista comportamental, do ponto de vista cívico, do ponto de vista da abordagem tecnológica e técnica às profissões. E de facto também não estamos a fazer isso.

E reparemos, não há nada de novo em tudo o que foi dito até aqui, assim, se me perdoar o Professor Joaquim Azevedo, como não há nada de absolutamente novo....

Eu vou ler um texto. “O ensino secundário no nosso país é, como em regra nos outros países europeus, caleidoscópico e em parte despiciendo. É de pequenas oficinas mal montadas, em geral mal dirigidas e quase sempre atrasadas cinquenta anos sobre a técnica dos nossos dias, que provém a quase totalidade dos nossos operários especializados”. Isto é um texto de 1972/1973 do Doutor Valdez dos Santos, uma pessoa que eu não conheço, e pelo que eu li, não tem nada a ver com as minhas posições ideológicas, mas que reflecte algo de muito importante e a reter.

Em 1972/1973, como se vê, havia já um bom número de pessoas que estavam particularmente preocupadas com a actividade económica

e a qualificação das pessoas para essa actividade económica. Verdade seja dita também que esse mesmo senhor nos diz que “cerca de 2/3 dos estudantes que concluíram a instrução primária abandonavam definitivamente os estudos nessa altura”.

Estes jovens têm hoje 50 anos. Quem são eles? São os nossos dirigentes. São os nossos dirigentes que não têm ou mal têm a 4.^a classe, os nossos dirigentes.

Se me perdoar o representante da ANAFRE, são presidentes de Juntas de Freguesias, mas são também presidentes de Câmaras Municipais, como são empresários. São os nossos dirigentes.

Este é o problema central. E como é evidente, se nós depois acrescentarmos aqui um pequeno toque que diz o seguinte, em 1986 o custo/hora de formando era de 900\$00, o famoso dinheiro do Fundo Social Europeu. Toda a gente diz que eu sou um *gangster* porque faço formação profissional desde 1986. Bem, em 1986 o custo de hora de formando era de 900\$00. Em 2004 são 355\$00.

Eu queria ver quais eram as empresas de construção civil e obras públicas que tendo tido uma redução de 60% estavam no mercado hoje nas obras públicas. Nenhuma estava!

Qualificar as pessoas custa dinheiro, tanto ou mais dinheiro do que planear e construir uma auto-estrada. No entanto todos nos satisfizemos imenso com a sua existência, todos; eu não porque não tenho carta de condução, mas como costume andar à boleia, se calhar também; todos nos satisfizemos imenso com os inúmeros quilómetros de auto-estrada que há em Portugal, com a quantidade enorme de obras públicas feitas neste país, efectivamente feitas, e que estão à vista: escolas secundárias, centros de formação profissional, edifícios públicos, tudo isso está aí à vista.

Claro! Pagaram para isso. Não pagaram para a qualificação das pessoas. Não dava para tudo, não é? Não dava para tudo...

Essa é a questão central do nosso país, se querem entrar nas provocações.

A segunda questão central é saber se o Estado português está a funcionar como deve ser. Eu sou daquelas pessoas, aliás, felizmente não sou citado, mas sou de certeza absoluta das pessoas que, neste documento do Ministério, do Governo, do QREN, onde diz que há quem defenda o fim do Ministério da Educação.

Eu defendo mesmo o fim do Ministério da Educação, acho mesmo que o Ministério da Educação devia acabar. Acho mesmo!

Devia acabar o Ministério da Educação, devia acabar o Ministério do Trabalho, devia haver um Comissário da Qualificação das Pessoas. Não é possível criar um modelo em que cada um se zanga com cada um para fazer o que lhe apetece. E esse é o problema central deste país, do ponto de vista da estrutura orgânica, do poder político português.

E claro que depois há outros problemas.

Dos 12.000 dólares de despesa com a educação/ano na Suíça, nós temos menos de 6.000 dólares. Como é que a gente se pode queixar de estar no estado em que está? Eles gastam 12.000, nós gastamos menos de 6.000. Por isso é que eles fazem o Swatch e nós não, como é óbvio, não é?

Como também é evidente que a parte da despesa pública na educação em Portugal está na zona dos 10%, enquanto que na OCDE está na zona dos 13,3% e isto sem alteração desde 1994. Já passaram por lá os governos todos e os partidos todos, portanto pode-se falar à vontade sem ninguém se zangar comigo.

E como é óbvio também há um conjunto de circunstâncias que levam a que nós não tenhamos soluções. Temos centenas de escolas, eu próprio sou fundador de uma escola profissional, tenho muito orgulho disso, temos um mundo imenso de escolas profissionais.

O problema não está em termos escolas profissionais a mais, temos a menos, o problema está na forma como as escolas profissionais nasceram completamente dispersas sem que haja a possibilidade de haver uma gestão racional de todas elas.

No caso, o Estado incentivando, dinamizando processos de fusão, processos de integração, processos de cooperação, entre as escolas privadas, entre as escolas privadas e as públicas e até se calhar com as escolas não-profissionais teria feito melhor para todos.

Estão a criar cursos profissionais nas escolas secundárias. Parabéns. Estou mesmo de acordo, acho muito bem.

Mas podiam ter falado com o pessoal, desculpem o termo, das escolas profissionais porque se calhar nós íamos dar uma ajudinha. Íamo-nos sentar com os nossos colegas, ver qual era o potencial que nós tínhamos, ver qual é o potencial que eles têm e organizando-nos em conjunto, isto saíria mais barato para todos.

E o meu problema aqui é mesmo um problema de custos e de receitas. É que eu não tenho receitas para os custos que tenho, no caso concreto. Muito obrigado.

Alexandra Costa Artur*

Boa tarde. Retomando a linha de intervenção do orador anterior, Dr. Joffre Justino, vou falar, nos cinco minutos concedidos para a minha intervenção, sobre a actual actividade das entidades de formação.

Em primeiro lugar, é sempre importante apresentar a organização para a qual trabalhamos para uma maior contextualização do nosso discurso.

O CECOIA é um centro protocolar resultante de uma parceria entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. Trabalhamos para diversos públicos, jovens, activos do sector, empresários e trabalhadores, e formadores.

Somos, desde 2001, um centro de reconhecimento, validação e certificação de competências e trabalhamos no apoio directo às empresas, nomeadamente através do programa REDE, o que nos permite conhecer as empresas e perceber quais as suas necessidades de apoio e de formação.

Nos últimos sete anos formámos 2.000 jovens, cerca de 300/ano, através do sistema de Aprendizagem, que é um sistema dual, que permite conciliar a parte formativa com o posto de trabalho e que se tem manifestado como um excelente meio de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Lamentavelmente, na estratégia das Novas Oportunidades, aqui deixo uma das provocações que vou deixar para o fim, está a ser profundamente desvirtuado.

* Directora do CECOIA – Centro de Formação Protocolar para o Comércio e Afins

Trabalhamos, ainda, no que resta da oferta formativa da qualificação profissional de jovens, uma medida que vai ser extinta dado o paradigma da dupla certificação escolar e profissional, em que se assiste ao detrimento da qualificação profissional.

E como é que trabalhamos com as empresas e com os jovens?

Com os jovens, desenvolvemos técnicas de orientação e de selecção bastante rigorosas, o que cada vez se vem revelando mais difícil porque quando se fala de públicos jovens importa não esquecer que temos um problema demográfico extraordinariamente importante. A população jovem vai escasseando, muitos vão abandonando o sistema de ensino, sendo crucial agir para impedir este abandono e trabalhar com seriedade na sua orientação. Tentamos seleccionar os jovens mais vocacionados para a nossa oferta, basicamente na área do comércio e dos serviços.

Com as empresas, tentamos perceber as suas pretensões, escutando-as, para arranjar soluções para questões concretas. Nas questões da formação muitas vezes fala-se em termos de receitas gerais, que não existem. Trabalhamos com seres humanos e estes nunca estão sujeitos a receitas. O que sentimos, cada vez mais, é que há problemas muito específicos, que exigem respostas rápidas e diferentes de anteriores soluções. Trabalha-se acentuadamente à medida.

Com os formadores, preferimos os oriundos do mercado de trabalho. Bem sei que assim não contribuimos para a diminuição do desemprego dos professores, uma das opções do nosso Ministério da Educação, mas trabalhar com formadores com competência técnica e profissional, assim como competências pedagógicas, é efectivamente uma mais-valia e uma das formas de diferenciação da formação profissional.

Retomando as provocações, lanço-as em termos das perspectivas.

Temos uma difícil questão que é a gestão das expectativas. Por um lado, as empresas têm expectativas absolutamente diferentes das expectativas dos jovens sendo um aspecto particularmente difícil de gerir. As empresas pedem-nos profissionais que nós não conseguimos formar, precisamente porque os jovens não estão interessados em certas carreiras, nomeadamente no sector do comércio. Qual é o jovem que quer estar três anos a fazer uma formação para ser operador de armazém? Não há. No entanto, as empresas pedem-nos isso, sobretudo as empresas exportadoras, nomeadamente da região centro do País.

Temos áreas de formação onde é extremamente difícil encontrar jovens motivados para certas carreiras profissionais. Os jovens têm ideias muito românticas sobre o mercado de trabalho e normalmente idealizam a viatura, grandes remunerações e que o trabalho “é fácil” e não exige grande esforço. Na formação actua-se, cada vez mais, no lado comportamental e de atitude face ao trabalho, preocupação crescente das empresas.

Por vezes, a parte técnica é menos realçada, porque as empresas pretendem atitude, pontualidade, assiduidade e compromisso com o empregador.

Devo dizer-vos que temos de ajudar os jovens na sua própria apresentação, forma de vestir e de se comportar. São processos lentos, relações estreitas que se estabelecem com os formandos, com os pais destes, quando estes aparecem, porque muitos destes jovens vêm de famílias profundamente desestruturadas. Falamos de problemas sociais complicados.

E, em termos nacionais, neste momento, aquilo que se perspectiva é uma questão de estatística, avançando-se muito rapidamente em números. Queremos mostrar à OCDE que os portugueses alcançaram o feito histórico de obtenção do 12.º ano em tempo recorde!

Acaba de ser lançado o referencial de 12.º ano para o reconhecimento, validação e certificação de competências. O certo é que

ainda ninguém sabe quem é que vai trabalhar esse referencial e como vai ser implementado. Temos as pessoas a telefonarem diariamente para o Centro, a perguntarem como se inscrevem e não dispomos de informação para fornecer.

Por outro lado, a estratégia da educação e formação desenhada numa lógica escolar. Neste momento, a febre de certificação escolar está a fazer cair a certificação profissional. É um erro que o país dentro de dez anos, se não mais cedo, vai pagar muito caro.

O novo QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), que reflecte os futuros financiamentos, aponta para uma preferência da vertente escolar e prossegue numa lógica de encaixar os projectos em função do financiamento e não o contrário. Ainda não conseguimos ter esquemas flexíveis de adaptabilidade dos financiamentos à essência dos projectos. Primeiro verifica-se a elegibilidade e depois faz-se o projecto, por vezes, desprovido de utilidade.

Neste momento, está-se a moldar a formação à escola. Se já se verificou que a escola falhou porque se está a exportar um modelo falhado para a formação profissional, que, na minha opinião, não falhou. Apesar de se apregoar que se gastaram milhões, etc., etc., o certo é que, apesar de tudo, com todos os problemas de qualificação profissional, estamos entre as trinta maiores economias do mundo!

Quanto a esta questão da qualificação profissional como a grande receita de salvação nacional, gostaria de introduzir uma nota de reflexão. Se olharmos para os antigos países do Leste Europeu os seus recursos humanos são altamente qualificadas. E onde é que estão e o que estão a fazer neste momento? Emigraram e encontram-se a lavar as nossas escolas, a trabalhar na construção civil e a fazer uma série de actividades para as quais não foram preparados. Será que a qualificação profissional é, por si só, a solução? Não acredito...

Levar para as escolas, de forma ligeira e sem a adequada preparação, a formação profissional, é perigoso e com resultados muito

duvidosos. A título de exemplo, temos professores de Geografia a virem ter connosco para comprarem os nossos manuais e a perguntarem o que é *merchandising*, porque agora vão ter de ser professores de *merchandising*... E os Centros de Formação a não encontrarem jovens para os seus cursos porque estes ficam retidos nas escolas para frequentarem cursos supostamente profissionalizantes.

Uma parte da realidade das Novas Oportunidades é esta.

A provocação está a ser grande, mas devo dizer que acho profundamente lamentável que as orientações vão por este caminho, porque nós não queremos pessoas com o 9.º ano e com o 12.º e que não sabem ler, escrever e, sobretudo, pensar. Estou convicta que o mais importante é sabermos pensar. Muito obrigada.

DEBATE

Henrique Salles da Fonseca (Economista) – Há muito tempo que me interessa por este tipo de assuntos. Não é fácil encontrar assim uma plêiade de artistas a falar tão bem. Acontece que quando começou essa coisa da ANEFA e dos CRVCC, a Doutora Márcia Trigo disse-me que não ia fazer arqueologia social, não ia fazer alfabetização de adultos.

A ANEFA significava Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. Ela não ia fazer isso, ela ia procurar uma certificação para as pessoas todas que estavam no mercado de trabalho e que oficialmente não tinham o ensino secundário completo. Lembro-me que lhe disse “muito bem, vamos corrigir a estatística, vamos, internacionalmente, passar a ter uma população que não tem preparação mas que oficialmente passa a ter o ensino secundário completo”. Os CRVCC, sempre me pareceu que eram “olha, tu não sabes nada, pois não? Vem aqui, dizes umas coisas e levas um diploma”. Da fama não se livram. Posso estar a ser injusto e espero ser desmentido.

O Engenheiro Roberto Carneiro disse uma coisa, quando era ministro da Educação, que me ficou no ouvido: o combate ao analfabetismo adulto em Portugal não é ganho pelo sistema formal de ensino mas sim pelas agências funerárias. Não digo mais nada.

Um participante – Eu gostava de felicitar, em particular, as duas últimas intervenções, que me parece que enriqueceram bastante este painel, sem menosprezo das outras, e gostava de aproveitar algumas deixas para sublinhar algumas ideias, colocando-me agora na posição de pai. Acho que qualquer pai, quando se fala em ensino, quando se fala em formação profissional, é também um dos eixos centrais de toda esta questão, porque tem a obrigação de dar aos seus filhos o futuro que, no fundo, deseja também para si próprio.

E quando me coloco na posição de pai, eu assumo que quero que o meu filho seja doutor. Assumo. No nosso País, no contexto em que vivemos, eu assumo que quero que o meu filho seja doutor, nem que seja

doutor de calçadas, mas tem que ser doutor, porque no nosso País esse estatuto é importante.

Claro que nós hoje vivemos uma situação em que temos milhares de cursos com nomes que vão nascendo quase todos os dias. Como realmente aqui foi dito, o que interessa é dar habilitações acadêmicas. Eu acho que nós temos que inverter tudo isto. Nós temos que ser é profissionais. Profissionais de ensino e ser profissionais de formação profissional. E aqui são coisas completamente distintas. Eu quando digo que o meu filho tem que ser doutor, eu também digo, o meu filho tem que ser profissional.

E se tem que ser profissional, eu tenho a certeza absoluta que ele tem de aprender também uma profissão, de que ele goste, mas uma profissão que lhe dê competências, que lhe dê as tais qualificações que aqui foram referidas. E, para isso, é preciso haver formação profissional a sério. É preciso acreditar que, efectivamente, quando se fala em entidades acreditadas de formação profissional, estamos a falar de entidades que têm poder, que têm capacidade, que têm estrutura para dar credibilidade a todo esse processo.

Não podemos é pôr tudo no mesmo saco, ensino e formação profissional. Porque, como foi aqui dito e muito bem, um professor é um professor e um formador é um formador. Quando me dizem “mas o professor também pode dar uma determinada disciplina na formação profissional”. Sim senhor, pode dar, mas com uma postura completamente diferente, com uma cultura completamente diferente, com um saber completamente diferente, porque não é a mesma coisa.

Como alguém referiu, estão-se a pôr nas mãos dos professores determinadas matérias que eles desconhecem e vão pedir apoio ao CECO, ou a outra entidade, “mostre-me lá o que é isso porque eu não sei o que é isso”. E nós temos que realmente ser profissionais porque queremos ter qualidade, queremos salvaguardar o futuro dos nossos filhos e para isso temos que destrinçar o que é formação profissional e o que é educação.

Vítor Dias (CENFIM) – O CENFIM é um centro protocolar da área da Metalurgia e Metalomecânica, similar ao CECO, chamado a “área da ferrugem”, tendo a particularidade de, até hoje, ainda não ter enferrujado, o que nos deixa algum contentamento. Mas tenho outras preocupações. Uma sobre a aprendizagem, a que a Dr.^a Alexandra Costa fez menção, que tem vindo, cada vez mais, a ser arredada do léxico da formação. E é preocupante, porque é das áreas de educação/formação onde a empregabilidade é das mais altas, a nível do sistema.

E, nesse contexto, digo – e eu estou cem por cento de acordo, nós sempre optámos pela dupla certificação no CENFIM – que essa necessidade de passar a formação para a educação, para mim, é perigosa. Acho que poderá continuar a existir essa sinergia perigosa por uma razão simples, sempre se disse que as escolas e as universidades estavam desfasadas do mercado e eu pergunto, aqueles que estão no mercado, que são os centros protocolares de formação, vai-lhes ser retirado o peso para começarmos a formar para fora do mercado, para diminuir a empregabilidade? É uma questão que nos preocupa, razão pela qual temos vindo sempre que possível a falar dela.

A segunda questão – e isto são os estudos operacionais, operacionais e conceptuais – a antiga portaria dos cursos de educação/formação de jovens era excelente porque permitia a coabitação entre as escolas e os centros de formação, em que as escolas davam a parte sociocultural e os centros de formação davam a vertente tecnológica. Hoje não permite e falamos de sinergias. O que é que acontece? Eu tenho escolas que nos vêm subalugar o espaço e eu vendo um serviço às escolas da parte tecnológica. Isto não são sinergias. Aquilo que estava funcionava.

Uma última nota. Dizemos que não têm de ser todos doutores e engenheiros, no entanto, uma outra verdade, os CET, cursos de especialização tecnológica nível IV, tinham sido desenhados para responder às necessidades de técnicos especializados no mercado, razão pela qual exigiam 18 meses antes de entrar nas universidades e hoje pelos

vistos essa situação desapareceu. Ou seja, os CET existem agora para alimentar as universidades e não o mercado.

Por último, se queremos de facto sinergias e trabalharmos em conjunto, os professores são os primeiros em quem temos que trabalhar. Eu tenho três filhos, desde o ensino básico à universidade, e com todos os professores que falo ninguém conhece o sistema de educação/formação, nomeadamente de formação. Falta-nos de facto informação, àqueles que são os nossos educadores, a nós, os agentes de educação/formação. Obrigado.

Nilza Henriques dos Santos (Directora do Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho de Vila Franca de Xira) – Nesta onda de provocações eu não resisto a dizer duas coisas. Uma delas é que não percebo porque é que a formação tem de estar separada da escola. Não percebo porque é que a escola é um espaço de alguma forma asséptico em relação à formação.

Além disso, falou-se aqui em qualificar as pessoas. Pretende-se realmente qualificar ou apenas certificar?

E deixo uma expressão, que não é minha, tem mais de cinquenta anos, que é a escola *como uma forma de vida, a educação como o processo de viver*. Se não realizarmos isto, não sei se teremos desenvolvimento.

Margarida Gonçalves Pereira (Direcção-Geral da Empresa) – Eu gostaria de chamar a atenção para uma questão que tem a ver com a dignificação das vias profissionais, de que temos vindo a falar.

Parece-me que temos, aqui, um instrumento, extremamente importante e que é pouco referido – a senhora Dr.^a Alexandra abordou-o brevemente – e que é o sistema nacional de certificação profissional.

Eu penso que seria um óptimo meio de garantir duas coisas: por um lado, que as pessoas são qualificadas, isto é, são formadas e são

reconhecidas como tal. Porque qualificar não é só formar, é também reconhecer a formação que elas têm. E, por outro lado, garantir que um conjunto enorme de pessoas, que fazem formação, têm formação com qualidade, porque só é certificado quem cumpre as exigências necessárias para a criação dos perfis e das competências profissionais que são determinados anteriormente.

Eu penso que é do interesse de todos, empresários e trabalhadores, e devíamos investir muito seriamente neste Sistema Nacional de Certificação Profissional, não esquecendo a parte sociocultural, mais da responsabilidade do Ministério da Educação, a parte profissional, vocacional, ...

José Joaquim Leitão (Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo) – Duas ou três notas sobre a dicotomia educação e formação. Eu acho que é uma dicotomia que se não for falsa deve ser ultrapassada. E isto porquê? Porque nós temos neste momento um desafio importante que assumimos, nomeadamente com os nossos parceiros europeus e junto da Comissão, que tem a ver com uma alteração dentro da nossa estrutura ao nível do ensino secundário. Nós temos cerca de 25% dos alunos do ensino secundário, ou dos jovens em idade de frequentar formações de nível secundário, em formações vocacionais e profissionais e os outros 75% estão em formações gerais.

Provavelmente esta proporção é uma parte da explicação no domínio do insucesso escolar existente no secundário e, portanto, há um desafio que é o de alterar esta situação. Esse desafio faz parte das metas da iniciativa Novas Oportunidades e aquilo que se pretende é que metade dos jovens do ensino secundário frequentem vias profissionais e vocacionais.

Como é que se pode atingir este objectivo? Obviamente que tem de se disponibilizar meios à altura do desafio. E quais é que são os meios que nós temos disponíveis em termos de infra-estrutura logística para a formação de jovens?

Temos por um lado os centros protocolares que são 28 no país, 28 ou 29. Há 28 centros de gestão directa, mais coisa menos coisa, e temos depois as escolas secundárias e que são várias centenas. Portanto, se nós queremos uma malha fina que possa responder ao desafio da qualificação nesta área, penso que não podemos dar-nos ao luxo de desprezar a plataforma mais poderosa que temos para a qualificação.

E a este nível gostava de dizer uma coisa. Um país desenvolvido não se pode dar ao luxo de concluir que a escola falhou. A escola cometeu erros. A escola tem de inflectir trajectórias. A escola tem de melhorar em muitos aspectos, mas a escola é um instrumento fundamental para o progresso social, para o progresso económico, e não há sociedade desenvolvida que não assente numa escola de sucesso crescente, e eu acho que esta perspectiva de melhoria progressiva é importante.

Há aqui várias questões que eu gostava de abordar... Por exemplo, a questão do problema da educação dos adultos se resolver através das agências funerárias... É de facto uma metodologia... Nós temos um déficite de qualificação drástico nos adultos com mais de 40 anos e podíamos optar por isso. Vamos investir na formação de jovens e vamos esperar que o tempo promova a substituição geracional. Para além dos aspectos de justiça social, que eu penso que não são facilmente assumíveis, há também aqui questões de exequibilidade. Quanto tempo é que demora a fazer essa substituição geracional? Mais de quarenta anos. Será que a nossa economia e a nossa sociedade se podem resignar a ter um déficite de qualificações desta ordem por várias décadas? Penso que não e é por isso que há as apostas, que são apostas ambiciosas que têm de ser também obviamente implementadas com cuidado, porque a questão da credibilidade da metodologia, nomeadamente da credibilidade da metodologia dos CRVCC é uma questão crítica.

Tem de haver aqui uma exigência que garanta que as certificações correspondem de facto a competências efectivamente validadas e certificadas. E, portanto, tem de haver uma intervenção permanente de

uma entidade reguladora no sentido de garantir que isso é feito e têm sido dados passos nesse caminho.

Para terminar, apenas aqui uma ajuda à Doutora Alexandra relativamente ao referencial de nível secundário. O referencial de nível secundário foi homologado pelo Governo há quinze dias, perto disso. Neste momento aquilo que se perspectiva é a implementação desse referencial de forma cuidadosa. Aquilo que vai acontecer é que vão ser certificados umas dezenas de centros. Dos actuais 250 centros, cerca de 50 a 60 vão fazer a implementação da metodologia, numa perspectiva de primeira implementação, para depois se poder promover uma maior generalização. Mas obviamente é uma aposta fundamental para um segmento que são aqueles jovens que todos os anos abandonam o ensino secundário e vão para o mercado de trabalho ou ficam no desemprego. Esses jovens, que são 25% dos jovens do secundário por ano, podem usufruir desta metodologia e é essa exactamente a grande aposta.

Joffre Justino (Presidente da Associação Portuguesa de Entidades Acreditadas de Formação Profissional) – Nós teremos de ter um pouco de paciência para connosco próprios. E o primeiro acto de paciência é aceitar que somos efectivamente um país pobre.

Se nos tirarem a AutoEuropa, eu quero ver onde é que estaríamos entre os trinta países. E a AutoEuropa, como sabem, é uma injeção cá dentro que pode sair amanhã, por muito dinheiro que a União Europeia tenha lá posto para eles estarem cá.

Temos de ter em conta esta realidade, somos um país pobre. Humildemente assumamos este facto.

E sendo um país pobre, somos, ainda por cima - desculpem dizer-vos isto outra vez – de facto um país onde as nossas elites têm uma larga percentagem de pessoas analfabetas.

É um facto.

E isso não tira qualidade às pessoas, bem pelo contrário. Se conseguiram organizar uma empresa, dirigir uma empresa, estar como patrões e empresários, só significa que se tivessem qualificação escolar e profissional seriam geniais.

Mas não são, porque lhes falta precisamente esse conjunto de circunstâncias.

E é necessário, assumindo com humildade este facto, entender que a única solução é usar todos os instrumentos possíveis.

A certificação de competências é um deles, não pode ser transformado na sapiência máxima, mas é um deles. Mais importante do que isso seria certamente permitir que as entidades acreditadas de formação profissional tivessem a autoridade, transmitida por quem de direito, de acreditarem a qualificação das pessoas em lógicas de unidades capitalizáveis.

Não é possível imaginar que um senhor ou uma senhora que sai de casa às 7h00 da manhã para deixar o filho às 7h30 na escola, para a seguir apanhar o metro para ir trabalhar, estar não sei quantas horas a trabalhar, ir a correr buscar o filho, para depois pôr o filho em casa com o pai ou com a mãe, tanto faz, e ainda por cima ir cumprir um conjunto alargado de horas para conseguir ter o 11.º ano de escolaridade, o 12.º ou o 9.º ano.

Isto não é possível. Isto não vai funcionar a não ser para um número reduzido de pessoas.

Mas se criassem as condições para as entidades acreditadas irem, por via das unidades capitalizáveis, progressivamente, que é a única forma, fornecendo a informação, a qualificação, a adequação à tecnologia e à técnica a cada uma das pessoas, chegaríamos lá.

Talvez ligeiramente mais tarde, mas de certeza absoluta melhor.

Portanto há que gerir a validação de competências com as unidades capitalizáveis, e eu vou dizer muito sinceramente, a Agência Nacional para a Qualificação é uma brilhante ideia, porque é o primeiro passo para acabar com o Ministério da Educação e com o Ministério do Trabalho.

Quer dizer, nós também temos de entender que temos não sei quantas pessoas que estão a trabalhar nos dois ministérios, e vamos fazer o quê, pô-los na rua?

Não pode. E portanto a melhor forma é criar esta Agência.

É de facto uma ideia brilhante, regionalizar esta Agência, permitir que as associações empresariais estejam lá a apresentar os seus objectivos, o tipo de competências que pretendem que os seus funcionários tenham e que isso seja gerido em parceria, numa lógica de parceria social da estrutura nacional de Lisboa até ali, Alfândega da Fé, no meu caso, ou se quiserem até Vila Real de Santo António.

É a única solução. O resto é mentira. Nós somos um país pobre, só temos 6.000 dólares, não temos os 12.000 da Suíça. Eu gostava...

Pedro d'Almeida Freire (Vice-Presidente da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) – Vou ser muito breve, uma vez que do ponto de vista do ensino e da formação profissional temos a sorte de ter aqui a Dr.^a Alexandra Costa Artur, que é a directora do Centro Protocolar para o Comércio e Afins (CECOA). Assim, eu tentarei ser ainda mais breve do que os cinco minutos concedidos.

Respondendo à proposta de dizer algo que provoque debate e lance desafios, há dois aspectos que queria referir. Primeiro, na sequência das intervenções que foram feitas anteriormente, falou-se de algumas boas práticas e, quando se fala do ensino profissional, há que lembrar que o ensino profissional, até agora, tem sido essencialmente privado. Quanto às boas práticas que foram propostas e, quando se diz que as empresas podem ou devem tomar iniciativas nesta matéria, então estamos também

a passar para o sector privado uma boa parte da responsabilidade pelo ensino e pela formação.

E a verdade é que, no sistema geral do ensino, ele é visto como uma actividade pública e, tudo aquilo que é actividade gerida de forma privada, tem sido encarada como uma actividade secundária, uma actividade menos nobre do que aquela que vem por parte da gestão do ensino público. E talvez valha a pena, como provocação, falarmos um pouco sobre esta tendência e sobre a necessidade de valorizar a perspectiva da gestão privada, pelo menos numa parte do ensino e dar-lhe a mesma dignidade que tem a perspectiva do ensino público.

Isto faz-se através de práticas que são habituais na gestão privada, que é através da introdução de critérios de qualidade, de *standards* de qualidade, de processos de avaliação a que se submetam, igualmente, quer os agentes públicos quer os agentes privados. Esta é uma provocação e uma ideia para provocação, eventualmente, para alguém depois comentar sobre ela.

Um outro aspecto que queria também referir é que se falou bastante aqui na ideia de que o ensino profissional é um ensino útil, na medida em que prepara as pessoas para profissões. E fica também um pouco a ideia de que então, o ensino geral, o ensino público geral, não é útil, serve só para fazer carreira, para lançar as pessoas para outros fins, serve para as pessoas seguirem carreiras universitárias e que, portanto, quem escolher o ensino público geral não terá grande oportunidade ou não terá possibilidade de ser bem acolhido no sector empresarial. E não é verdade.

Quem está no ensino geral tem, naturalmente, condições e pode exercer uma actividade profissional, mesmo que não venha a terminar o curso superior ou mesmo que não venha a seguir uma outra via. Mas há uma coisa que o ensino, todo ele, e também o ensino público geral, tem de proporcionar que são atitudes e competências para entrar um dia no mercado de trabalho.

O ensino deve dar aos jovens hábitos de trabalho, hábitos de atingir objectivos, de querer fazer melhor, de estarem disponíveis para serem avaliados pelo seu desempenho, e melhorarem o seu desempenho em função dessa avaliação, que são práticas correntes para quem entra para a vida profissional. Se isto fosse bem conseguido era extremamente benéfico para quem inicia uma actividade profissional, porque toda a gente hoje vai adquirindo competências e conhecimentos ao longo da sua vida profissional. Em boa verdade não é por ter chegado aos 18 anos, ou aos 20, com um conjunto de conhecimentos que se pode dizer que tem ou não tem a sua vida profissional assegurada. Se não continuar a formar-se, se não continuar a adquirir conhecimentos, aí sim a sua vida profissional pode estar comprometida. E aquele que não tem esses conhecimentos ou competências pode adquiri-los. Há muitas maneiras de os adquirir. Mas há outras coisas que são muito difíceis de adquirir mais tarde, se até aos 20 anos não aprendeu a fazer as coisas bem, a ler e escrever e a pesquisar aquilo que é preciso saber, se não se aprendeu a superar dificuldades, isso sim, isso vai ser difícil de alcançar mais tarde. Se não adquiriu esses hábitos e essas atitudes, fundamentais para a sua vida profissional, vai ser complicado responder às solicitações do trabalho.

Encerramento

José António Silva*

Estamos a chegar ao fim dos trabalhos e tínhamos previsto que o encerramento seria feito pelo Professor Doutor Júlio Pedrosa, o presidente do Conselho Nacional de Educação, mas tal não foi possível. Temos connosco a senhora Professora Maria Odete Valente, conselheira do Conselho Nacional de Educação, e que nos dará o prazer de fazer o encerramento desta sessão.

Antes de dar a palavra à Professora Doutora Maria Odete Valente para fazer o encerramento, eu apenas deixava, como notas, duas ou três questões para reflexão, talvez sob uma perspectiva diferente da vossa, de quem reflecte muito e pensa muito sobre estas matérias, mas uma outra visão de quem está do outro lado, empresarial, e daquilo que é muitas das vezes a nossa visão, que é menos reflectida, é menos pensada, mas é muito mais fruto se calhar da vida real do dia a dia, daquilo que nós sentimos.

Reformar o Sistema de Ensino

1 – O desempenho dos recursos humanos é, cada vez mais, um factor determinante da competitividade das empresas e das economias.

A chamada “economia do saber” transfere do domínio do material para os factores intangíveis grande parte daquilo que é determinante na criação de valor e que permite diferenciar os produtos colocados no mercado, sejam estes bens ou serviços. Estes factores imateriais estão

* Presidente da CCP

directamente associados à incorporação de competências na actividade empresarial, ou seja, ao perfil dos recursos humanos que esta emprega e que constituem o seu principal activo.

Se não basta dispôr de uma boa formação escolar para que as economias progridam – e os países do Leste da Europa são um bom exemplo disso mesmo – é um facto incontornável que a existência de défices de qualificação dos activos, em especial, ao nível da formação escolar, condicionam fortemente o desempenho das economias.

Ora, como é sabido – e todos os indicadores estatísticos e comprovam – Portugal tem no sistema de ensino um dos principais constrangimentos ao seu desenvolvimento, pelo que o propósito de alterar, no mais curto espaço de tempo possível, esta situação é um desafio e uma aposta que o nosso país tem que vencer.

2 – Temos um **sistema de ensino ineficaz**, com níveis de desempenho claramente insatisfatórios e, sobretudo, com uma **relação qualidade-custo inaceitável**, em especial, ao nível do ensino secundário.

Da população na faixa etária entre 20 a 24 anos, **apenas 49% tinha em 2004 concluído o ensino secundário** o que compara com os 77% do conjunto da U.E. 25 e nos coloca no penúltimo lugar entre os estados membros, apenas ligeiramente à frente de Malta; e com uma agravante face a este país que é o facto do peso da despesa pública em educação, medido em percentagem do PIB, ser bastante superior em Portugal onde, com 5,8%, nos posicionamos acima da média da própria União Europeia que se situa nos 5,2%.

Embora com um **“ratio” professor/alunos** que é (a par da Grécia) o mais baixo, quer da U.E., quer do conjunto dos países da OCDE, com 8.4 alunos por professor no ensino secundário (a média na OCDE é de 13.3), temos um **número de horas de ensino** no secundário, que nos posiciona bem abaixo da média da U.E., e temos, igualmente, o menor **número de anos de formação escolar** por aluno entrado no ensino primário.

Assim sendo, não é de estranhar que o elevado custo do sistema não tenha tradução nos resultados obtidos.

De facto, a rápida “massificação” que ocorreu, sobretudo, após o 25 de Abril de 74, se teve um efeito positivo nos níveis de escolarização, provocou uma degradação da qualidade média do ensino, em Portugal. A par de um claro abaixamento da qualidade do serviço prestado pelas instituições de ensino resultante da falta de preparação de muitos docentes, concomitante com uma desvalorização da função de ensinar, assistiu-se à adopção de um conjunto de concepções e metodologias erróneas que muito contribuíram também para agravar esta situação.

Entre as concepções erradas seguidas no pós 25 de Abril destaca-se a **desvalorização do ensino profissional ou profissionalizante** que, apesar de alguma recuperação mais recente, em resultado do esforço da iniciativa privada, ainda representa hoje (ano lectivo 2004-2005) apenas 9,8% dos alunos matriculados no ensino secundário. O Estado, furtando-se a dar um apoio efectivo a estas instituições de ensino – cujo papel deve ser claramente diferenciado do ensino secundário regular – optou por integrar neste último os chamados “cursos tecnológicos”, claramente direccionados para colmatar o insucesso escolar e que não dispendo dos recursos humanos e técnicos adequados estará condenado a posicionar-se como um “ensino de segunda”.

Os números comprovam isso mesmo, pois enquanto o ensino profissional regista as melhores taxas de aproveitamento de todo o ensino secundário, com 69% de alunos a concluírem os cursos, apenas 43% dos que o iniciam concluem os cursos tecnológicos do ensino regular.

O **elevado abandono escolar** no secundário conjugado com um **ensino que não prepara devidamente os alunos para a vida activa** leva a que, em termos de mercado de trabalho, se registe uma clara **carência de quadros intermédios qualificados**, medido, entre outros indicadores, pelo facto de, apesar de tudo, os níveis de desempregados com o 12.º ano e que não prosseguem estudos a nível do ensino superior

ser claramente reduzido e, comparativamente, inferior ao dos jovens licenciados no desemprego.

3 – No que se refere ao **ensino superior** a situação antes descrita altera-se de alguma forma, pois se o problema da relação das qualificações com o mercado de trabalho se mantêm um problema crucial o desaproveitamento de recursos não é aqui o principal factor crítico pois a despesa pública com este sub-sistema de ensino situa-se claramente abaixo dos valores médios da União Europeia e os ratios professor/alunos estão próximos da média comunitária. Com 7% do total da despesa com educação para o ensino superior (apenas acima do valor registado pela Grécia), Portugal apresenta, isso sim, um dos mais reduzidos contributos “privados” para o ensino público em resultado de uma política demasiado generosa em matéria de propinas.

O problema central do ensino superior está, acima de tudo, relacionado com o número porventura excessivo de cursos e com o perfil dos mesmos onde se evidencia um claro desfazamento face às necessidades do mercado de trabalho. A criação do **ensino politécnico** não foi devidamente aprofundada no sentido de corporizar a afirmação de um perfil claramente diferenciador face ao ensino universitário e capaz de responder a procuras específicas da economia.

O crescimento da oferta de cursos fez-se sem uma adequada avaliação da empregabilidade dos novos licenciados e o resultado é que, por um lado, Portugal regista elevados níveis de desemprego de licenciados (pois com uma taxa global de desemprego abaixo da média da UE ocupamos, ao nível da UE 15 a 11.^a posição no que se refere ao desemprego de licenciados) e, por outro, as empresas não conseguem contratar pessoas com as qualificações de que necessitam, obrigando-se a investir na qualificação inicial dos seus activos para além do que seria aceitável, pois suportam, antes de mais, os custos das ineficiências do sistema de ensino.

A proclamada **cooperação escola-empresa** não passa, muitas vezes, de uma intenção com concretização limitada, continuando a

registar-se uma separação entre o que se relaciona com o ensino e o que diz respeito às competências profissionais, pois muito raramente o ensino se confronta com o trabalho dos alunos em ambiente laboral ou de empresa e os estágios profissionais atingem níveis claramente incipientes.

O desemprego de jovens licenciados e uma fraca ligação do ensino à prática, vê-se agora agravada com a redução do número de anos de licenciatura institucionalizada com o “**processo de Bolonha**”. Num país como Portugal com problemas de empregabilidade nos jovens licenciados a antecipação na entrada no mercado de trabalho não terá fácil concretização e tenderá a manter na escola não, sobretudo, os melhores ou aqueles que se proponham desenvolver aptidões de nível superior e prosseguir, eventualmente, uma carreira nas áreas da investigação e da formação avançada, mas, porventura aqueles que o mercado de trabalho rejeita.

Se, em termos comparativos, Portugal tem menos licenciados do que seria desejável como o provam os apenas 19% da população com curso superior contra 29% na União Europeia (19), tendo por universo a faixa etária entre os 25 e os 34 anos, o principal diferencial surge, reafirme-se, ao nível do secundário (quer no 2.º, quer no 3.º ciclo) e é visível no facto agravante de em Portugal 58% dos jovens entre os 15 e os 19 não estarem integrados em qualquer formação, o que se compara com os 19% em situação idêntica no conjunto da União Europeia (19).

4 – Se, como refere a Comissão Europeia, o “o aumento da eficiência através da melhoria da qualidade do ensino é uma questão crucial para o conjunto da União Europeia”, este objectivo ganha em Portugal um carácter ainda mais imperativo face ao posicionamento do nosso país no contexto dos Estados-membros da União. É, assim, essencial **racionalizar custos e seleccionar prioridades investindo nas áreas com retorno económico mais significativo.**

É, antes de mais, necessário dispor de um **novo projecto educativo** que olhe para o ensino não como um laboratório de experiências

pedagógicas desligadas da realidade envolvente, mas como um espaço inserido numa dinâmica colectiva de desenvolvimento económico e social, onde as escolas não podem deixar de ter como objectivo qualificar pessoas para a sua inserção na vida activa, e para o desempenho qualificado de uma actividade profissional.

As apostas fundamentais devem, pois, centrar-se na definição exacta da **função da escola** e do papel específico que a mesma deve desempenhar em cada sub-sistema em que se insere. Ou seja, precisamos de um projecto educativo que, por um lado, fomente uma cultura de exigência, de disciplina e de esforço na aprendizagem e que, por outro lado, promova a aquisição de conhecimentos em áreas social e economicamente úteis, aprofundando vias e percursos alternativos. Tudo isto implica dignificar a função docente e, simultaneamente, investir na qualificação dos professores fazendo da profissão, sobretudo, ao nível do primário e do secundário, não o último recursos para obter um emprego, mas algo a que se acede e onde se progride por via do mérito e de um processo de avaliação justo, mas exigente.

Precisamos de uma gestão das escolas mais responsabilizante destas e menos centrada nos departamentos centrais do Ministério da Educação e que possa promover alguma sã concorrência entre as próprias escolas.

No plano dos conteúdos precisamos, acima de tudo, de um ensino que prepare os jovens para a vida activa, na pluralidade das vocações e das capacidades individuais. Ou seja, precisamos de **reforçar o ensino profissional** ao nível do secundário, preparando jovens para o desempenho de funções tecnicamente qualificados e com o domínio dos instrumentais adequados para o exercício de funções onde as relações interpessoais e os aspectos comportamentais são de importância crescente. Precisamos, igualmente de um ensino secundário geral que forneça uma base sólida de conhecimentos, quer ao nível da comunicação (línguas estrangeiras, falar e escrever correctamente o português), quer no manejo das tecnologias de informação, quer em domínios essenciais

da formação do saber, seja ao nível das ciências sociais seja ao nível das ciências exactas.

Precisamos, por último de um ensino superior onde **universidades e politécnicos prossigam caminhos diferenciados**, apostando os últimos em cursos com uma orientação mais centrada no «saber-fazer» e em perfis profissionais com uma maior componente de aprendizagem técnica e apostando as primeiras em formar quadros vocacionados para o exercício de funções com maior componente criativa e de direcção empresarial, apostando igualmente, em programas de investigação com uma maior ligação às empresas e ao mercado.

A reforma da educação não se faz de um dia para outro, nem os seus resultados podem ter reflexos imediatos, mas o nosso atraso de várias décadas exige de todos um esforço empenhado na sua concretização. Da parte do Governo e do Ministério da Educação é essencial uma maior abertura à sociedade, envolvendo os parceiros sociais e os representantes do mundo empresarial nas reformas; da parte destes é essencial o reconhecimento do papel essencial do sistema de ensino na economia e na competitividade das empresas e uma clara vontade de assumir parcerias com as escolas intervindo na definição dos programas escolares e de investigação em curso e reforçando o interface entre os saberes e as competências académicas e os saberes e as competências empresariais.

É neste equilíbrio de encontrar respostas, soluções pragmáticas, sabendo que os recursos são poucos, que temos que fazer este caminho. Não consigo encontrar outra forma, uma forma de quem é empresário, uma forma muito pragmática, com poucos recursos fazer aquilo que tem de ser feito. Muito obrigado.

Maria Odete Valente*

Não era suposto eu estar aqui, mas o senhor presidente continua na Gulbenkian. Esperava acabar às 17h00 a mesa redonda em que estava a participar e vir de imediato para aqui, mas não o consegui. Tentarei encerrar com algumas ideias síntese.

Este foi um painel muito activo em que cada um trouxe as suas reflexões e preocupações baseadas na experiência profissional e na experiência de formação, uma realidade que continua por regular e por encontrar formas de cooperação e articulação.

O desejo nacional, que creio ser hoje partilhado por todos nós, de que a qualificação dos portugueses seja cada vez mais funcional e relevante e que a escola proporcione verdadeiramente aos nossos alunos uma oportunidade de descobrirem a sua orientação profissional, e que lhes permita alcançar uma realização profissional através de um sistema de formação, ou de educação/formação, que seja respeitado nos diferentes campos de actividade nos quais venham a integrar-se.

Hoje é também claro que o número de alunos que seguirá estas vias tem de aumentar, por várias razões, porque chegámos à conclusão de que assim é necessário para o desenvolvimento do tecido produtivo português e, também, porque isso corresponde para muitos alunos como uma oportunidade para encontrarem um rumo e o sucesso nas suas vidas. Penso que não fará, pois, muito sentido que, neste esforço nacional, entremos numa espécie de competição não cooperativa entre o sistema de formação e o sistema de educação, apontando quem é que faz melhor ou

* Conselho Nacional de Educação

pior, porque os diversos sistemas vão sempre ter características diferentes, uns potenciando mais um aspecto, outros outro.

Seria muito importante que todos se articulassem o mais possível para racionalizar o esforço, num espírito de potenciar ao máximo a oferta nacional para os nossos jovens. E penso que neste esforço de colaboração, não é só o sistema de formação e o sistema de educação que têm de se articular bem, mas também ambos têm de fomentar uma ligação cuidada com as empresas.

Foi aqui mencionado o referencial para o ensino secundário que acabou de ser divulgado e, para o qual, disseram os empresários, não foram ouvidos. E se isso de facto aconteceu, isto é, se aquele programa que ali está não foi muito concertado e muito amadurecido, qualquer coisa de errado se passou. Não é possível que para a elaboração de um referencial de certificação das pessoas, de equivalência ao 12.º ano, de reconhecimento das suas competências profissionais, não tenham sido ouvidos os empresários e as pessoas que estão ligadas ao tecido produtivo, para se saber se realmente fazem sentido aquelas três áreas tal como foram formuladas, a da Ciência e Tecnologia, da Língua e da Comunicação e a da Cidadania, que são os três parâmetros considerados pilares. A Matemática por si não constitui um parâmetro. Porque será que ficou de fora? Fruto de juízos concertados?

Considero que desta reunião, e que foi interessante para mostrar as dificuldades que existem ainda, nos deve ficar esta ideia síntese: um sistema de certificação, se não levar a uma maior qualificação, se for orientada para dar um certificado no fim, e não fomentar um acréscimo de formação e uma vontade séria de mais formação, será uma grande ilusão para os formandos e uma grande ilusão nacional.

Acho que temos todos de tentar que esta acreditação, seja com Agência ou sem Agência, não signifique uma ilusão, isto é, que não tenhamos apenas um passaporte de ilusões de que as pessoas possam estar mais qualificadas por estarem certificadas e não o estejam de facto.

Fica-se sempre muito perturbado quando se ouve anunciar pelo Ministério da Educação que havia 5.000 alunos e que agora têm 20 000, 30 000, não sei quantos mil... Acho sempre um mau sintoma que se fique embevecido com os números e que não se avalie aquilo que está a ser feito. Será que dos 20.000 que entraram ainda estão lá quase todos? Ou já se foram embora muitos, desiludidos com a vida? Era muito importante ver o que é que se está a fazer e não nos deixarmos aquietar com os números, não vão eles não traduzir mais qualificação.

E com estas ideias aqui trazidas hoje por todos, e que agradeço em nome do Conselho Nacional de Educação, podemos talvez olhar com mais responsabilidade para este processo. Despeço-me de todos, um bom fim de dia e boa viagem para os que vieram de longe.

